Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras 1
Balanço patrimonial 6
Demonstração do resultado 8
Demonstração do resultado abrangente 9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto 11
1 Contexto operacional 13
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras 16
3 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis 28
4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros 30
5 Contas a receber e financiamentos a clientes 32
6 Estoques 35
7 Tributos a recuperar 36
8 Partes relacionadas 39
9 Imposto de renda e contribuição social 48
10 Despesas antecipadas 52
11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade 52
12 Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas 53
13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar 59
14 Imobilizado 64
15 Intangível 70
16 Financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção 75
17 Fornecedores 82
18 Salários e encargos sociais 83
19 Obrigações tributárias 83
20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada 84
21 Provisão para retirada de tanques (Controladora e Consolidado) 87
22 Provisões e passivos contingentes 88
23 Patrimônio líquido 92
24 Receita líquida de vendas e serviços 95
25 Resultados por natureza 96
26 Resultado na venda de bens 97
27 Resultado financeiro 97
28 Informações por segmento (Consolidado) 98
29 Riscos e instrumentos financeiros 102
30 Compromissos 124
31 Operações descontinuadas 125
32 Eventos subsequentes 129

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Venda da Extrafarma

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.b.2 e nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 2021 a Sociedade assinou contrato de venda de sua participação na controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"). Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade classificou os ativos e os passivos relacionados à Extrafarma como "Mantidos para venda" e os resultados como "Operações descontinuadas". Em 2022, a Sociedade concluiu a venda da Extrafarma, após o cumprimento das condições precedentes, apurando uma perda de R$19.973 mil com a venda, após o efeito de imposto de renda e contribuição social, conforme nota explicativa nº 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resultado das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi um prejuízo de R$118.973 mil, que inclui o resultado com a venda dos investimentos. A Sociedade contabilizou a venda dos investimentos de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 e a norma internacional IFRS 5 "Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada", que determinam que os ativos e passivos sejam apresentados como "Ativos mantidos para venda" e "Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda" no balanço patrimonial e que os resultados da empresa vendida até a data da venda, bem como o resultado decorrente da venda, sejam apresentados como "Operações descontinuadas" na demonstração do resultado.

A venda do investimento é considerada uma transação não usual significativa, que envolve complexidade e elevado grau de julgamento pela Administração da Sociedade com relação à sua contabilização, apresentação e divulgação. Adicionalmente, a venda da Extrafarma envolveu parcelas a receber a prazo classificadas no ativo não circulante para as quais foram avaliadas necessidade de ajuste a valor presente, entre outros impactos que afetaram o resultado do exercício.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) do elevado grau de complexidade e julgamento pela Administração na aplicação do pronunciamento técnico CPC 31 e norma internacional IFRS 5; (iii) do elevado grau de complexidade e julgamento aplicado pela Administração no cálculo do ganho ou perda com a venda dos investimentos, incluindo a avaliação dos impactos tributários das transações; e (iv) do elevado grau de complexidade e julgamento na identificação dos ativos, passivos e resultados das operações descontinuadas. A auditoria deste assunto requer um elevado grau de julgamento e esforço, incluindo o envolvimento de nossos especialistas de impostos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relacionadas à identificação e ao tratamento contábil da transação, incluindo os controles relacionados com a aplicação de prática contábil relacionada à contabilização, apresentação e divulgação das vendas dos investimentos; (ii) o entendimento e a avaliação da natureza e substância econômica da transação e análise dos contratos estabelecidos entre as partes, bem como leitura das atas de Reunião do Conselho de Administração que deliberaram sobre as vendas dos investimentos; (iii) a avaliação e desafio dos julgamentos e critérios adotados pela Administração na aplicação do pronunciamento técnico CPC 31 e norma internacional IFRS 5 e na determinação e mensuração do resultado das operações descontinuadas; (iv) envolvimento de nossos especialistas de impostos para avaliação dos impactos tributários da transação; e (v) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação anteriormente descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Créditos de PIS e COFINS oriundos da Lei Complementar 192

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 7.a.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou créditos de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS oriundos da Lei Complementar 192. Os créditos de PIS e COFINS podem ser utilizados para compensação com outros tributos federais ou podem ser restituídos pela Receita Federal através de pedido de ressarcimento, desde que dentro dos prazos legais.

O registro e a mensuração dos créditos de PIS e COFINS envolvem elevado grau de julgamento pela Administração, tendo em vista a complexidade nas interpretações da legislação tributária aplicável, bem como as incertezas que envolvem expectativa de realização dos valores e elevado esforço da Administração para preparar os cálculos usados para mensurar e registrar esses créditos.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; e (ii) da complexidade e do elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas e julgamentos da Administração sobre o reconhecimento dos créditos e da perspectiva de sua realização, que incluiu a necessidade de envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relacionadas ao registro, à mensuração e à realização dos créditos tributários; (ii) o entendimento da natureza dos créditos e análise da legislação tributária aplicável, com o auxílio de nossos especialistas tributários; (iii) teste da documentação que suporta o reconhecimento dos créditos; (iv) indagações à Administração e aos advogados externos da Sociedade e avaliação dos pareceres legais acerca do tema; (v) o envolvimento de nossos especialistas tributários nas indagações à Administração e aos advogados externos, na avaliação dos pareceres legais e nos desafios às premissas utilizadas pela Administração; (vi) a análise, os desafios e os testes sobre a metodologia e premissas utilizadas para as projeções que suportam a realização dos créditos, incluindo a realização de indagações às áreas de negócios, tesouraria e controladoria acerca das premissas e projeções que suportam os resultados projetados e do desempenho histórico, análise retrospectiva de resultados, histórico de compensações e restituições dos impostos, incluindo a avaliação de evidências contraditórias; (vii) o envolvimento de especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade na análise da aplicação da prática contábil à transação; e (viii) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado na transação anteriormente descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 30 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Guilherme Jorge Dagli Júnior
Contador
CRC nº 1 SP 223225/O-0

2023SP021516

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Controladas

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	**4.a**	3.617.476	1.835.192	4.124.854	2.191.468
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	**4.b**	250.403	796.401	263.990	1.228.832
Contas a receber de clientes	**5.a**	2.923.602	2.316.642	3.571.539	3.356.370
Financiamentos a clientes	**5.b**	498.336	538.329	560.227	582.563
Estoques	**6**	3.746.207	2.942.222	4.695.017	3.908.530
Tributos a recuperar	**7.a**	1.061.807	827.994	1.223.536	1.042.349
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**7.b**	11.681	184.829	23.657	221.036
Dividendos a receber		14.539	29.066	1.112	-
Demais contas a receber		97.924	6.778	121.784	50.885
Despesas antecipadas	**10**	63.319	40.448	67.553	72.232
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	**11**	612.554	553.111	612.718	555.052
		12.897.848	10.071.012	15.265.987	13.209.317
Ativos de controladas mantidos para venda		-	857.392	-	1.531.586
Total dos ativos circulantes		12.897.848	10.928.404	15.265.987	14.740.903
Não circulantes					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	**4.b**	403.890	343.456	403.890	343.456
Contas a receber de clientes	**5.a**	21.728	19.469	44.990	63.749
Financiamentos a clientes	**5.b**	444.743	367.649	501.522	415.472
Sociedades relacionadas	**8.a**	-	-	-	2.164
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**9.a**	350.489	233.977	461.047	426.466
Tributos a recuperar	**7.a**	1.956.210	990.354	2.098.634	1.046.367
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**7.b**	335.392	92.972	373.288	118.589
Depósitos judiciais	**22.a**	133.560	135.955	265.468	859.010
Ativo de indenização - combinação de negócios	**22.c**	-	-	126.558	120.991
Demais contas a receber		1.082	1.082	30.273	26.604
Despesas antecipadas	**10**	32.008	53.750	32.704	69.269
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	**11**	1.589.788	1.520.927	1.590.219	1.524.174
Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas	**12**	2.024.057	4.038.944	103.729	114.579
Ativos de direito de uso, líquido	**13**	958.064	994.611	1.001.412	1.124.489
Imobilizado, líquido	**14**	2.493.820	2.375.879	3.129.047	4.087.276
Intangível, líquido	**15**	784.272	459.667	1.090.766	859.011
Total dos ativos não circulantes		11.529.103	11.628.692	11.253.547	11.201.666
Total dos ativos		24.426.951	22.557.096	26.519.534	25.942.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Controladas

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos					
Circulantes					
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	**16**	1.508.483	493.069	855.733	576.397
Debêntures	**16.e**	686.209	2.211.901	686.209	2.211.901
Fornecedores	**17.a**	4.932.604	4.661.012	4.258.560	3.545.091
Fornecedores - convênio	**17.b**	2.362.406	2.028.950	2.666.894	2.119.059
Salários e encargos sociais	**18**	160.718	95.999	211.205	222.027
Obrigações tributárias	**19**	67.732	84.430	165.735	219.049
Dividendos propostos a pagar	**23.f**	143.004	146.277	150.547	155.595
Imposto de renda e contribuição social a pagar		38.999	102.542	102.798	180.672
Benefícios pós-emprego	**20.b**	12.500	13.588	20.413	20.587
Provisão para retirada de tanques	**21**	5.063	4.632	5.063	4.632
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**22.a**	16.565	104.255	19.160	118.880
Arrendamentos a pagar	**13**	115.288	98.613	130.674	143.421
Passivo financeiro de clientes		154.405	-	154.405	-
Demais contas a pagar		488.328	169.217	543.727	222.537
Receita diferida		5.061	5.205	6.066	5.625
		10.697.365	10.219.690	9.977.189	9.745.473
Passivos de controladas mantidas para venda		-	-	-	677.008
Total dos passivos circulantes		10.697.365	10.219.690	9.977.189	10.422.481
Não circulantes					
Financiamentos e instrumentos financeiros derivativos	**16**	1.293.118	867.634	3.467.333	2.804.067
Debêntures	**16.e**	2.985.738	2.972.145	2.985.738	2.972.145
Sociedades relacionadas	**8.a**	617	617	676	629
Benefícios pós-emprego	**20.b**	77.553	77.818	187.264	191.218
Provisão para retirada de tanques	**21**	46.695	52.079	46.695	52.079
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**22.a; 22.c**	144.530	144.582	314.316	801.751
Arrendamentos a pagar	**13**	599.386	599.053	628.772	722.786
Passivo financeiro de clientes		296.181	-	296.181	-
Provisão para passivo a descoberto de controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	**12**	118.162	57.704	-	-
Demais contas a pagar		26.696	46.137	27.800	54.714
Total dos passivos não circulantes		5.588.676	4.817.769	7.954.775	7.599.389
Patrimônio líquido					
Capital social	**23.a**	4.300.000	4.050.000	4.300.000	4.050.000
Instrumento patrimonial outorgado	**23.b**	24.771	16.082	24.771	16.082
Reserva de reavaliação	**23.c**	12	6.972	12	6.972
Reservas de lucros	**23.d**	3.505.857	3.266.729	3.505.857	3.266.729
Ajustes de avaliação patrimonial	**23.e**	183.274	179.854	183.274	179.854
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	**23.f**	126.996	-	126.996	-
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ipiranga		8.140.910	7.519.637	8.140.910	7.519.637
Acionistas não controladores de controladas		-	-	446.660	401.062
Total do patrimônio líquido		8.140.910	7.519.637	8.587.570	7.920.699
Total dos passivos e do patrimônio líquido		24.426.951	22.557.096	26.519.534	25.942.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Controladas

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita líquida de vendas e serviços	**24**	123.399.925	95.424.366	137.923.082	109.099.641
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	**25**	(119.653.902)	(92.788.332)	(132.302.471)	(104.703.157)
Lucro bruto		3.746.023	2.636.034	5.620.611	4.396.484
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	**25**	(1.201.422)	(1.086.787)	(1.870.701)	(1.845.047)
Gerais e administrativas	**25**	(734.406)	(809.342)	(1.115.951)	(1.199.496)
Resultado na venda de bens	**26**	92.348	117.158	168.349	185.830
Outros resultados operacionais, líquidos	**25**	(607.506)	17.756	(519.221)	85.262
Lucro operacional antes da equivalência patrimonial, do resultado financeiro e dos impostos de renda		1.295.037	874.819	2.283.087	1.623.033
Equivalência patrimonial	**12**	458.095	409.531	(10.027)	(19.044)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		1.753.132	1.284.350	2.273.060	1.603.989
Receitas financeiras	**27**	272.518	345.700	355.916	403.674
Despesas financeiras	**27**	(1.342.693)	(578.321)	(1.701.586)	(759.532)
Resultado Financeiro, líquido		(1.070.175)	(232.621)	(1.345.670)	(355.858)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		682.957	1.051.729	927.390	1.248.131
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	**9.b; 9.c**	(176.661)	(194.837)	(468.875)	(384.665)
Diferidos	**9.b**	113.969	58.027	199.117	84.761
		(62.692)	(136.810)	(269.758)	(299.904)
Lucro líquido de operações continuadas		620.265	914.919	657.632	948.227
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	**31.b**	(118.497)	(401.665)	(118.497)	(401.665)
Lucro do exercício		501.768	513.254	539.135	546.562
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ipiranga		501.768	513.254	501.768	513.254
Acionistas não controladores de controladas		-	-	37.367	33.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Controladas

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício		501.768	513.254	539.135	546.562
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	**2.c; 23.e**	122	(274)	122	(274)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	**2.c; 23.e**	254	(101)	428	(131)
Outros resultados abrangentes		952	-	952	-
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
(Ganhos) perdas atuariais de benefícios pós-emprego próprios, líquido de imposto de renda e contribuição social	**2.p; 23.e**	1.660	27.326	1.660	27.326
(Ganhos) perdas atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	**2.p; 23.e**	432	730	461	11.792
Resultado abrangente do exercício		505.188	540.935	542.758	585.275
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ipiranga		505.188	540.935	505.188	540.935
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	37.570	44.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
					Legal	Retenção de lucros				Acionistas da Ipiranga	Acionistas não controladores de controladas (ii)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.050.000**	**16.082**	**6.972**	**476.300**	**2.790.429**	**179.854**	**-**	**-**	**7.519.637**	**401.062**	**7.920.699**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	501.768	-	501.768	37.367	539.135
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	3.420	-	-	3.420	203	3.623
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	3.420	501.768	-	505.188	37.570	542.758
Instrumento patrimonial outorgado	**23.b**	-	8.689	-	-	-	-	-	-	8.689	7	8.696
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas	**23.c**	-	-	(6.960)	-	-	-	-	-	(6.960)	-	(6.960)
Transações com sócios - alterações de participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.032)	(1.032)
Dividendos de acionistas não controladores de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.902)	(1.902)
Aumento de capital em dinheiro		250.000	-	-	-	-	-	-	-	250.000	-	250.000
Baixa de reserva de reavaliação reflexa		-	-	-	-	7.360	-	-	-	7.360	-	7.360
Aumento de capital atribuído a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	35.182	35.182
Venda de investimento (i)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.227)	(24.227)
Destinação do resultado líquido:												
Reserva legal	**23.f**	-	-	-	25.088	-	-	(25.088)	-	-	-	-
Reserva para retenção de lucros		-	-	-	-	206.680	-	(206.680)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório complementar (R$ 0,6370 por lote de mil ações)	**23.f**	-	-	-	-	-	-	(143.004)	-	(143.004)	-	(143.004)
Dividendos adicionais aos minimos obrigatórios (R$ 0,5658 por lote de mil ações)	**23.f**							(126.996)	126.996	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**4.300.000**	**24.771**	**12**	**501.388**	**3.004.469**	**183.274**	**-**	**126.996**	**8.140.910**	**446.660**	**8.587.570**

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
					Legal	Retenção de lucros				Acionistas da Ipiranga	Acionistas não controladores de controladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**4.050.000**	**12.575**	**7.041**	**450.638**	**2.448.000**	**152.173**	**-**	**204.521**	**7.324.948**	**375.308**	**7.700.256**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	513.254	-	513.254	33.308	546.562
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	27.681	-	-	27.681	11.032	38.713
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	27.681	513.254	-	540.935	44.340	585.275
Instrumento patrimonial outorgado	**23.b**	-	3.507	-	-	-	-	-	-	3.507	-	3.507
Realização da reserva de reavaliação por depreciação de controladas	**23.c**	-	-	(69)	-	-	-	-	-	(69)	-	(69)
Ganhos decorrentes de pagamentos de dividendos fixos para ações preferenciais de controladas		-	-	-	-	-	-	971	-	971	(971)	-
Transações com sócios - alterações de participação		-	-	-	-	-	-	143	-	143	-	143
Transferência para retenção de lucros		-	-	-	-	1.114	-	(1.114)	-	-	-	-
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	(204.521)	(204.521)	-	(204.521)
Dividendos de acionistas não controladores de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.615)	(17.615)
Destinação do resultado líquido:												
Reserva legal	**23.f**	-	-	-	25.662	-	-	(25.662)	-	-	-	-
Reserva para retenção de lucros		-	-	-	-	341.315	-	(341.315)	-	-	-	-
Dividendos propostos a pagar (R$ 0,6516 por lote de mil ações)	**23.f**	-	-	-	-	-	-	(146.277)	-	(146.277)	-	(146.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.050.000**	**16.082**	**6.972**	**476.300**	**2.790.429**	**179.854**	**-**	**-**	**7.519.637**	**401.062**	**7.920.699**

(i) Refere-se a venda da controlada Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.
(ii) São substancialmente representados pelos acionistas não controladores da Iconic.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Controladas

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais continuadas					
Lucro do exercício de operações continuadas		620.265	914.919	657.632	948.227
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	**12**	(458.095)	(409.531)	10.027	19.044
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	**11**	502.969	279.747	504.250	282.521
Amortização de ativos de direito de uso	**13**	175.408	170.487	222.970	228.884
Depreciações e Amortizações	**14;15**	281.292	278.018	494.507	540.406
Juros, variações monetárias e cambiais		1.322.814	557.365	1.360.165	731.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**9.b**	(113.969)	(58.027)	(199.117)	(84.761)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**9.b**	176.661	194.836	468.875	384.665
Resultado na venda de bens	**26**	(232.384)	(117.158)	(308.385)	(185.807)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa		(38.259)	(29.537)	(46.831)	(3.056)
Provisão para perda em estoques		185	156	2.094	(750)
Provisão para benefício pós-emprego		1.162	(3.851)	1.802	(2.539)
Instrumento patrimonial outorgado		5.689	1.016	7.600	2.512
Provisão de descarbonização - CBIO	**25**	638.542	161.281	638.542	161.281
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		20.131	146.122	47.615	93.849
Demais provisões e ajustes		(4.584)	(136)	17.599	1.830
		2.897.827	**2.085.707**	**3.879.345**	**3.117.996**
(Aumento) diminuição nos ativos					
Contas a receber e financiamentos a clientes	**5**	(603.766)	(699.843)	(836.413)	(975.126)
Estoques	**6**	(804.170)	(1.242.262)	(988.363)	(1.624.761)
Tributos a recuperar	**7**	(1.348.539)	(732.906)	(1.559.860)	(830.676)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		112.615	317.423	(1.112)	986
Outros ativos		(21.764)	(47.563)	(85.392)	(15.996)
Aumento (diminuição) nos passivos					
Fornecedores e Fornecedores convênios	**17**	572.123	1.794.920	1.417.069	2.400.286
Salários e encargos sociais	**18**	64.719	30.630	85.818	40.660
Obrigações tributárias	**19**	(16.698)	(11.600)	(12.496)	11.197
Outros passivos		510.538	54.458	570.507	18.505
Aquisição de CBIO	**15**	(635.130)	(176.837)	(635.130)	(176.837)
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	**11**	(710.907)	(420.261)	(710.907)	(420.261)
Pagamentos de contingências		(74.281)	(18.415)	(83.445)	(24.351)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(223.286)	(176.549)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais continuadas		**(57.433)**	**933.451**	**816.335**	**1.345.073**
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais descontinuadas		**-**	**-**	**(68.359)**	**(33.274)**
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(57.433)**	**933.451**	**747.976**	**1.311.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates	4.b	602.568	1.850.892	877.548	2.236.981
Aquisição de imobilizado	14	(332.818)	(279.624)	(608.673)	(736.916)
Aquisição de intangível	15	(164.969)	(135.683)	(209.053)	(186.650)
Caixa gerado com a venda de investimento e bens		3.252.666	227.006	2.460.777	343.164
Transações com operações descontinuadas		(100.000)	-	(100.000)	-
Aporte de capital em controlada		(150.001)	(198.035)	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto		-	-	(28.001)	(25.700)
Efeito líquido de transações de compra e venda e investimentos		133.649	-	226.378	-
Redução de capital em coligadas	12	-	1.500	-	1.500
Sociedades relacionadas	8.a	-	-	-	(1.682)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos das operações continuadas		**3.241.095**	**1.466.056**	**2.618.976**	**1.630.697**
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos das operações descontinuadas		-	-	**(25.324)**	**(36.370)**
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		**3.241.095**	**1.466.056**	**2.593.652**	**1.594.327**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Financiamentos e debêntures					
Captação	16	3.541.707	1.329.576	3.440.758	1.329.576
Amortização	16	(4.000.184)	(2.176.222)	(3.731.619)	(2.176.222)
Juros e derivativos pagos	16	(982.819)	(229.981)	(1.092.914)	(346.051)
Pagamentos de arrendamentos					
Principal	13	(177.596)	(161.083)	(231.580)	(226.535)
Juros	13	(2.468)	(7.463)	(5.742)	(12.445)
Dividendos pagos		(146.277)	(300.428)	(148.666)	(311.685)
Captações de passivo financeiro de clientes		162.895	-	162.895	-
Pagamentos de passivo financeiro de clientes		(173.948)	-	(173.948)	-
Aumento de capital realizado pela controladora e acionistas não controladores		250.000	-	285.400	110
Sociedades relacionadas		127.312	16.001	663	(203)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos das operações continuadas		**(1.401.378)**	**(1.529.600)**	**(1.494.753)**	**(1.743.455)**
Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de financiamentos das operações descontinuadas		**-**	**-**	**40.585**	**(93.945)**
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		**(1.401.378)**	**(1.529.600)**	**(1.454.168)**	**(1.837.400)**
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira - operações continuadas		**-**	**-**	**(7.172)**	**(2.542)**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa de operações continuadas		**1.782.284**	**869.907**	**1.933.386**	**1.066.184**
Diminuição em caixa e equivalentes de caixa de operações descontinuadas		**-**	**-**	**(53.098)**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - operações continuadas	**4.a**	**1.835.192**	**965.285**	**2.191.468**	**1.178.383**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - operações descontinuadas		**-**	**-**	**53.098**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício - operações continuadas	**4.a**	**3.617.476**	**1.835.192**	**4.124.854**	**2.191.468**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício - operações descontinuadas		**-**	**-**	**-**	**53.099**
Transações sem efeito caixa:					
Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar		162.365	123.166	257.085	173.422
Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade		63.061	269.725	63.061	269.725
Fundo de reversão - previdência privada		1.303	1.153	1.360	2.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Contexto operacional

A Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("Sociedade") está domiciliada no Brasil com sede na Rua Francisco Eugênio, 329, São Cristóvão, Cidade do Rio de Janeiro – RJ.

A Sociedade atua na distribuição de derivados de petróleo e produtos correlatos, e através de suas controladas e coligadas, atuam na prestação de serviços de transporte e lojas de conveniência ("Ipiranga"). Por meio de controlada atuou também no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz") até julho de 2022. As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 28. As atividades relacionadas ao comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos ("Extrafarma") estão apresentadas como operações descontinuadas em 2021 e teve sua venda concluída em julho de 2022 (vide nota explicativa nº 31).

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 31 de março de 2023.

a. Princípios de consolidação e participações societárias

a.1 Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma controlada em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às políticas contábeis da Sociedade.

a.2. Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

			% de participação no capital social	
	Localidade	**Segmento**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	100	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	56	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	100	100
Companhia Ultragaz S.A. (4)	Brasil	Ultragaz	-	99
Ultragaz Comercial Ltda. (4)	Brasil	Ultragaz	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. (1); (4)	Brasil	Ultragaz	-	100
Utingás Armazenadora S.A. (4)	Brasil	Ultragaz	-	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (3)	Brasil	Ultragaz	-	100
LPG International Inc. (3)	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	100	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (2)	Brasil	Extrafarma	-	100
UVC Investimentos Ltda. (5)	Brasil	Outros	-	99

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(1) Empresa não operacional em fase de extinção.

(2) Em 18 de maio de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma para a Pague Menos. Em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade reclassificou os saldos da controlada para “ativos e passivos mantidos para venda”, sendo fechada a transação em 01 de agosto de 2022 após o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais detalhes, vide nota explicativa 4.c.1.

(3) Em 1 de julho de 2022 as controladas indiretas Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) e LPG International Inc. (“LPG”) passaram a ser controladas pela Ultragaz.

(4) A partir de 1 de agosto de 2022, a controlada direta Companhia Ultragaz S.A. (“Ultragaz”) passou a ser diretamente controlada pela companhia Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”). Para mais detalhes, vide nota explicativa 8.d

(5) A partir de 1 de agosto de 2022, a controlada direta UVC Investimentos Ltda passou a ser diretamente controlada pela companhia Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”).

b. Principais eventos ocorridos no exercício

b.1 Esclarecimentos sobre os impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022 teve início uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. Desde então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia levou e pode levar a perturbações do mercado e uma volatilidade significativa nos preços das commodities, incluindo o petróleo bruto, o que pode afetar os preços dos combustíveis à base de petróleo e a demanda nos mercados em que atuamos. Além disso, os governos dos Estados Unidos e de muitos outros países impuseram sanções econômicas à Rússia, incluindo políticos, entidades corporativas e bancárias. Essas sanções, ou mesmo a ameaça de novas sanções, podem fazer com que a Rússia tome contramedidas ou ações de retaliação que podem levar a mais perturbações do mercado e um aumento nos preços do petróleo bruto e seus derivados globalmente, o que pode impactar negativamente nossos negócios e operações.

Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira global poderia ter um impacto negativo em nosso custo de empréstimos e em nossa capacidade de obter empréstimos futuros. As interrupções nos mercados financeiros também poderiam levar a uma redução no crédito comercial disponível devido a preocupações de liquidez das contrapartes. Se experimentarmos uma diminuição na demanda por nossos produtos ou um aumento na inadimplência em nossas contas a receber, ou se não conseguirmos obter empréstimos, nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das operações poderão ser adversamente afetados.

b.2 Conclusão ("fechamento") da venda da Extrafarma

Em 18 de maio de 2021 a Sociedade assinou o contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma detidas pela controlada IPP para a Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Pague Menos"). Em 22 de junho de 2022, o CADE aprovou a operação, mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC"), prevendo o desinvestimento de 8 lojas da Extrafarma, o qual não implicou alteração no valor total da operação. Em 1 de agosto de 2022, a transação foi fechada, após o cumprimento de todas as condições precedentes. O valor total de R$ 700 milhões foi ajustado pelas variações de capital de giro e posição da dívida líquida de R$ 37,7 milhões, resultando no montante total de R$ 737,7 milhões. Esse valor ainda está sujeito a ajustes finais de capital de giro e de dívida líquida. Da primeira parcela de R$ 372,3 milhões, R$ 365,4 milhões foram pagos pela Pague Menos em 01 de agosto de 2022 e R$ 6,9 milhões foram pagos à vista pelos acionistas que exerceram direito de preferência. O pagamento das duas parcelas remanescentes de R$ 182,7 milhões cada serão realizados em agosto de 2023 e agosto de 2024 pela Pague Menos, corrigido pelo CDI + 0,5% a.a. A Sociedade detinha 100% de participação na Extrafarma, através da controlada Ipiranga. Para mais informações vide nota explicativa 31.a.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras"), identificadas como Controladora e Consolidado foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* "IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais ("R$"), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

(i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
(ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo;
(iii) custo atribuído ao ativo imobilizado.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receitas

As receitas de vendas e serviços prestados decorrentes de contratos com clientes, são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência quando, ou à medida em que, são satisfeitas as obrigações de desempenho ao transferir o controle de um bem ou serviço prometido a um cliente de modo que o mesmo obtenha substancialmente a totalidade dos benefícios gerados, bem como quando for altamente provável que a Sociedade e suas controladas receberão a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos.

A Sociedade e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47: (1) identificação dos contratos com um cliente, (2) identificação das obrigações de desempenho (3) determinação do preço da transação, (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação à qual a Sociedade e suas controladas esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, impostos sobre vendas, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis. As controladas da Sociedade não possuem obrigações de devoluções ou reembolso em seus contratos com clientes, bem como não possuem componente de financiamento significativo que impactam diretamente na determinação da contraprestação esperada.

Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou quando os pontos expiram. As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida em que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 12). Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP e derivados é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 24 e 28.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Para mais informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 5.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, conforme abaixo:

- Custo amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário ("CDB") e operações compromissadas são classificadas substancialmente como mensuradas ao custo amortizado.

- Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação.

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais, como as variações de valor justo, são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting) - hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção é descontinuada quando o *hedge* se torna inefetivo.

• Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - hedge de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de hedge é reconhecido. A contabilidade de proteção é descontinuada quando (i) é cancelada a relação de hedge; (ii) o instrumento de hedge vence ou (iii) o instrumento de hedge não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de hedge seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado.

Para mais informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 29.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual a Sociedade e suas controladas esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5.a e 29.d.3). As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

Os financiamentos a clientes são concedidos a taxas subsidiadas para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes (vide notas explicativas nº 5.b e 29.d.3). Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas máximas subsidiadas são de 1% a.m. Esses financiamentos são remensurados a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e o ajuste de remensuração entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada é reconhecido como redução da receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 11).

g. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes e passivos relacionados são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez de uso contínuo. Os critérios de classificação são atendidos somente quando a venda for altamente provável, o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda.

Uma linha de negócio ou subsidiária é classificada como operação descontinuada quando ocorrer a venda de um componente da companhia que representa uma importante linha separada de negócios ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes, sendo seus resultados e fluxos de caixa apresentados de forma segregada a partir da classificação dos respectivos ativos e passivos como mantidos para venda.

Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas são mensurados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda e apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

h. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora (vide notas explicativas nº 1.a.2 e 12). Uma controlada é uma investida na qual o acionista está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 12). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

i. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida com contrapartida no ativo de direito de uso. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade e suas controladas revisam periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2.u).

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes as outorgas de arrendamentos de áreas portuárias (vide nota explicativa nº 30.a).

A Sociedade e suas controladas aplicam os expedientes práticos de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos arrendamento de baixo valor que não possuem opção de compra ao final do contrato. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

j. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.o e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens.

k. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo:

• Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a). A Sociedade defini as suas UGCs de acordo com os segmentos reportados.

• Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *softwares*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e que são revisados anualmente.

• Os créditos de descarbonização (“CBIOS”) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, sendo aposentado conforme decreto para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e não são amortizados. Estes ativos são utilizados para a liquidação da obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia. Em 22 de julho de 2022 foi publicado o Decreto nº 11.141/2022, que estabelece em caráter excepcional, o prazo de aposentadoria dos créditos de descarbonização até setembro de 2023 para comprovação da meta de 2022.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 a e d).

l. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas. deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente.

m. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores, fornecedores convênios, demais contas a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.f).

n. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para mais informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

o. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis de propriedade da Sociedade localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil do bem. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado a cada dois anos ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

p. Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ativos contingentes

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para refletir uma obrigação presente para os riscos que possuam valores que possam ser estimados de forma confiável, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista e que a saída dos recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22). Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. O ativo contingente é divulgado quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

q. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

r. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

s. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

t. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

t.1 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos da controlada no exterior Ipiranga Trading Ltda., que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

u. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

u.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.t.1, 3 e 12), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g. e 12) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12) e determinação sobre ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 31).

u.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 29), determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 29.d.3), determinação da provisão para perdas em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), valor de realização dos tributos a recuperar (nota explicativa nº 7), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.i e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.j e 14), vida útil do ativo intangível e valor recuperável dos ativos, incluindo os ágios (notas explicativas nº 2.k e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.o e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.p e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.q e 20.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

v. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente ou, com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Se houver alguma indicação, de desvalorização a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa "UGC"). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade e suas controladas não possuem registro de redução ao valor recuperável de ativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade realizou o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma") o impacto foi no montante de R$ 427.529 e efeitos de IRPJ e CSLL diferidos de R$ 145.360, resultando numa perda líquida em 2021 de R$ 282.169. Em 1 de agosto de 2022 a Sociedade realizou a venda da controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"), assim realizando a baixa da provisão para perda do valor recuperável de ativos alocados para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"). Vide nota explicativa n° 33.a.

w. Combinação de negócios

Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

Combinação de Negócios Entre Entidades Sob Controle Comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's. A IFRS 3 é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Base contábil precedente

Conforme permitido pelo IAS 8, adotamos a base contábil precedente para registrar o valor escritural de ativos recebidos (conforme registrado pela controladora), a qual acreditamos estar em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United States) e UKGAAP - Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)). A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em relação ao capital (Outras Receitas Abrangentes).

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates nas atividades de investimentos e os dividendos recebidos nas atividades operacionais.

y. Passivo financeiro de clientes

Se refere a obrigações contratuais de pagamento parcelado de direito de exclusividade com os revendedores da controlada Ipiranga, onde houve a antecipação destes recebíveis pelos revendedores junto a instituição financeira conveniada. A Ipiranga como garantidora da operação, assume o pagamento das parcelas vincendas junto a instituição financeira em contrapartida do direito de exclusividade do revendedor (vide nota explicativa n°11).

Considerando que o prazo médio de vencimento destas obrigações são de 50 parcelas mensais e não incidem atualização monetária, a Companhia registrou o ajuste a valor presente ("AVP"), com a contrapartida sendo registrada na rubrica "Ativos de contratos com clientes - Direitos de exclusividade". A reversão do AVP ocorrerá ao longo do prazo contratual com impacto no resultado financeiro a uma taxa média aproximada de 13,7% a.a.

3 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações da Ipiranga e de suas controladas na mesma data-base, bem como políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. A Sociedade avaliou e, quando necessário, aplicou pela primeira vez as seguintes novas normas e interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e na data de autorização das demonstrações financeiras não identificou impactos relevantes nas divulgações ou nos valores apresentados.

a. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade estão descritas a seguir.

a.1 Políticas contábeis adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB vigentes em 1º de janeiro de 2022 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022:

- **CPC 15 (R1)/IFRS 3 Combinação de Negócios – Referência à estrutura conceitual -** As alterações atualizam as referências da estrutura da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37 (CPC 25), o comprador realiza a adoção para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 (ICPC 21) – Tributos, o comprador realiza a adoção para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

- **CPC 27/IAS 16 Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido -** As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração, devendo esses custos serem reconhecidos no resultado.

- **CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes – Contratos onerosos -** As alterações especificam que o custo de cumprimento do contrato compreende os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020 - alterações incluídas no ciclo de melhoria anual que abrangem as normas a seguir:

- **CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

- **CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos (data de vigência não aplicável):** a alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

- **CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** a alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

a.2 Políticas contábeis não adotadas

As seguintes novas normas, emendas às normas e interpretações às IFRSs emitidas pelo IASB não foram adotadas pois não estão vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicáveis, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidada futuras.

- **CPC 36(R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture -** As alterações tratam especificamente sobre o tratamento contábil para os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial.

- **CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguro -** Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

- **CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes -** As alterações esclarecem o que significa um direito de postergar a liquidação, que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório, que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação e ainda, que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

- **CPC 26(R1)/ IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis -** As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes", sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

- **CPC 23/ IAS 8 – Definição de Estimativas Contábeis -** As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

- **CPC 32/ IAS 12 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Aplicável -** As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial, não sendo aplicável a isenção para transações em que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, observados os critérios de recuperabilidade e a aplicação das alterações a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. São citados como exemplos: ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado.

4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros de proteção

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

A classificação dos instrumentos financeiros ativos ocorreu conforme os modelos de gerenciamento da Sociedade e suas controladas e está apresentada na nota explicativa nº 29.i.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da controladora e consolidado estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	54.809	237.264	82.769	292.938
Em moeda estrangeira	14.065	7	4.524	8.259
Aplicações financeiras consideradas				
Em moeda nacional				
Títulos privados de renda fixa	3.548.602	1.597.921	3.772.649	1.890.271
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	264.912	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.617.476	1.835.192	4.124.854	2.191.468

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	100.050	693.822	111.372	1.060.673
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	39.063
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros financeiros derivativos (a)	554.243	446.035	556.508	472.552
Total de aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	654.293	1.139.857	667.880	1.572.288
Circulante	250.403	796.401	263.990	1.228.832
Não circulante	403.890	343.456	403.890	343.456

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 29.g).

5 Contas a receber e financiamentos a clientes

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Clientes nacionais	3.067.127	2.509.712	3.806.321	3.785.515
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	45.251	20.093	5.601	491
Clientes estrangeiros	-	-	2.138	2.322
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	2.698	4.621
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(167.048)	(193.694)	(200.229)	(372.830)
	2.945.330	2.336.111	3.616.529	3.420.119
Circulante	2.923.602	2.316.642	3.571.539	3.356.370
Não circulante	21.728	19.469	44.990	63.749

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, brutos de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
Controladora	**Total**	**A vencer**	**< 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**> 180 dias**
31/12/2022	3.112.378	2.732.217	16.061	13.029	15.631	29.907	305.533
31/12/2021	2.529.805	2.168.413	11.345	11.196	14.134	12.743	311.974

			Vencidos				
Consolidado	**Total**	**A vencer**	**< 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**> 180 dias**
31/12/2022	3.816.758	3.326.410	20.304	22.645	25.309	34.614	387.476
31/12/2021	3.792.949	3.115.573	85.968	33.128	25.154	23.047	510.079

A composição das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
Controladora	**Total**	**A vencer**	**< 30 dias**	**31 a 60 dias**	**61 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**> 180 dias**
31/12/2022	167.048	3.587	639	517	3.353	9.248	149.704
31/12/2021	193.694	3.180	522	1.676	1.421	9.086	177.809

			Vencidos				
Consolidado	**Total**	**A vencer**	**< 30**	**31 a**	**61 a**	**91 a**	**> 180**
31/12/2022	200.229	6.263	734	616	3.434	10.265	178.917
31/12/2021	372.830	21.961	1.595	3.049	2.761	14.926	328.538

A movimentação da provisão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**208.328**	**364.071**
Adições	95.557	175.551
Baixas	(13.710)	(18.443)
Reversões	(96.481)	(148.293)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**193.694**	**372.830**
Adições	51.966	130.979
Baixas	(8.312)	(42.127)
Reversões	(70.300)	(135.683)
Venda de investimento [1]	-	(125.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**167.048**	**200.229**

[1] Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº 29.d.3.

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.109.029	1.083.541	1.235.035	1.183.312
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(165.950)	(177.563)	(173.286)	(185.277)
	943.079	905.978	1.061.749	998.035
Circulante	498.336	538.329	560.227	582.563
Não circulante	444.743	367.649	501.522	415.472

A composição dos saldos de financiamentos a clientes brutos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
Controladora	**Total**	**A**	**< 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**> 180**
31/12/2022	1.109.029	709.606	8.687	4.158	11.002	11.842	363.734
31/12/2021	1.083.541	682.524	18.401	23.567	14.405	25.751	318.893

			Vencidos				
Consolidado	**Total**	**A**	**< 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**> 180**
31/12/2022	1.235.035	826.210	8.946	4.292	11.040	11.943	372.604
31/12/2021	1.183.312	770.008	19.260	24.290	14.373	26.685	328.696

A composição das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

			Vencidos				
Controladora	**Total**	**A**	**< 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**> 180**
31/12/2022	165.950	1.186	480	1.128	3.700	4.893	154.563
31/12/2021	177.563	1.482	6.409	8.693	6.253	9.776	144.950

			Vencidos				
Consolidado	**Total**	**A**	**< 30**	**31 a 60**	**61 a 90**	**91 a 180**	**> 180**
31/12/2022	173.286	1.327	483	1.132	3.704	4.937	161.703
31/12/2021	185.277	1.513	6.410	8.697	6.255	9.892	152.510

A movimentação da provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**193.775**	**197.011**
Adições	59.540	65.536
Reversões	(8.168)	(8.287)
Baixas	(67.584)	(68.983)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**177.563**	**185.277**
Adições	39.017	45.987
Reversões	(49.865)	(52.695)
Baixas	(765)	(5.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**165.950**	**173.286**

Para mais informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa nº 29.d.3.

6 Estoques

A composição dos estoques, líquida de provisão para perdas é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Combustíveis, lubrificantes e graxas	3.269.730	2.679.822	3.785.647	3.038.062
Matérias-primas, embalagens, almoxarifado e outros itens para revenda	32.200	42.097	445.097	398.274
Gás liquefeito de petróleo - GLP	-	-	-	146.070
Compra para entrega futura (1)	444.277	220.303	444.277	301.992
Imóveis para revenda	-	-	19.996	24.132
	3.746.207	2.942.222	4.695.017	3.908.530

(1) Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.707	16.526
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	-	1.683
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(414)	(2.982)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	(2.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.293	13.028
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	-	(1.182)
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	5.620	9.619
Venda de investimento (1)	-	(6.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.913	15.122

(1) Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar

Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
ICMS (a.1)	1.158.185	790.704	1.212.236	893.206
PIS e COFINS (a.2)	1.841.245	1.009.124	2.057.628	1.160.695
Instituto Nacional do Seguro	-	-	167	8.201
Outros	18.587	18.520	52.139	26.614
Total	3.018.017	1.818.348	3.322.170	2.088.716
Circulante	1.061.807	827.994	1.223.536	1.042.349
Não circulante	1.956.210	990.354	2.098.634	1.046.367

a.1 O ICMS a recuperar líquido da provisão para perdas está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

A Sociedade e suas controladas, AMPM, Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”) possuem créditos no montante de R$ 1.212.236 (R$ 893.206 em 31 de dezembro de 2021) constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), da Sociedade e das controladas e c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva praticada pela Sociedade.

Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas próprias operações sujeitas à tributação, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A Administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo de até 5 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

	Controladora	**Consolidado**
Até 1 ano	486.219	540.271
De 1 ano a 2 anos	243.295	243.295
De 2 anos a 3 anos	177.467	177.467
De 3 anos a 5 anos	251.204	251.203
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	1.158.185	1.212.236

A provisão para perdas de ICMS, no montante de R$ 21.559 (R$ 48.502 em 31 de dezembro de 2021), refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas internas de provisionamento.

a.2 O PIS e COFINS a recuperar está substancialmente relacionado a:

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - O saldo de PIS e COFINS inclui créditos apropriados nos termos das Leis 10.637/02 e 10.833/03, bem como montantes oriundos de decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 25.

Lei Complementar 192 - Em 11 de março de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 192/22 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e GLP, garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda a cadeia econômica.

Em 18 de maio de 2022, a Medida Provisória nº 1.118/22 foi publicada para alterar a Lei Complementar 192/22 de modo a excluir o direito aos créditos de PIS e COFINS vinculados à aquisição óleo diesel, GLP e biodiesel. Frente a este ato do Poder Executivo, foi ajuizado em 02 de junho de 2022 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7181 para questionar o dispositivo da MP nº 1.118/22. O Plenário do Superior Tribunal Federal, por unanimidade, referendou, em 21 de junho de 2022, a decisão monocrática anterior que considerou inconstitucional a medida provisória por desrespeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Em razão da liminar e da ausência de conversão em lei da MP nº 1.118/22, restou vigente o texto da LC nº 192/22, que garantia a todas as pessoas jurídicas da cadeia de combustíveis, incluindo as controladas da Sociedade, a manutenção dos créditos de PIS e COFINS vinculados àquelas operações no período de 11 de março 2022 (da data de publicação da LC nº 192/22) a 15 de agosto de 2022 (noventa dias após a data de publicação da MP que restringia o direito ao crédito dos contribuintes), quando esta começou produzir efeitos, de acordo com o decidido pelo STF.

Neste sentido a Sociedade, assessorada por especialistas jurídicos externos e internos, por meio da Sociedade e suas controladas, reconheceu créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R$ 638.000, considerando as projeções e estimativas da Administração de realização de tais créditos. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos do PIS e da COFINS é assim demonstrada:

	Controladora	**Consolidado**
Até 1 ano	557.000	630.959
De 1 ano a 2 anos	377.474	430.641
De 2 anos a 3 anos	437.813	484.709
De 3 anos a 5 anos	468.958	511.319
Total do PIS/COFINS a recuperar líquido de provisão	1.841.245	2.057.628

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Trata-se de IRPJ e da CSLL a serem recuperados pela Sociedade e suas controladas, decorrentes das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, bem como referentes a processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébitos. A Administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
IRPJ e CSLL	347.073	277.801	396.945	339.625
Total	347.073	277.801	396.945	339.625
Circulante	11.681	184.829	23.657	221.036
Não circulante	335.392	92.972	373.288	118.589

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

	Operações comerciais						Despesa
	Contas a receber	**Demais contas a receber**	**Fornecedores**	**Demais contas a pagar**	**Vendas**	**Compras**	**financeira**
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.072	-	3.824	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	2.596	-	765	-	11.512	16.811	-
Ipiranga Logística Ltda.	-	-	22	-	-	12.712	-
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	-	-	38.833	-	12	498.319	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	26.062	-	-	336.781	-
Ultracargo Logística S.A.	109	-	444	65	-	79.101	-
Centro de Conveniências Millenium Ltda.	5.369	-	-	-	84.033	1.162	-
Ultrapar Participações S.A.	-	111	-	79.070	-	-	29.495
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	523	155	2.665.722	-	-	8.934.829	-
Integra Frotas Ltda.	-	-	-	1.010	-	-	-
Eai Clube Automobilista S.A.	-	1.490	958	-	-	-	-
Iconic Lubrificantes S.A.	36.651	3.473	212	-	9.750	-	-
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	-	-	166	-	-	31.127	-
SERMA - Associação dos usuários de equipamentos de processamentos de dados	-	-	-	359	-	-	-
Outros	3	-	385	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022	45.251	8.301	2.733.569	84.328	105.307	9.910.842	29.495

	Mútuos		Debêntures	Operações comerciais						Despesa
	Ativo	Passivo	Passivo	Contas a receber	Demais contas a receber	Fornecedores	Demais contas a pagar	Vendas	Compras	financeira
Companhia Ultragaz S.A.	-	-	-	63	-	-	-	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	-	-	16.655	-	-	-	-	-	-
Ipiranga Logística Ltda.	-	-	-	331	-	37	-	13.366	794	-
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	-	-	-	-	-	20.937	-	-	427.944	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	-	-	90.294	-	-	609.296	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	-	-	-	-	-	394	-	-	65.163	-
Centro de Conveniências Millenium Ltda.	-	-	-	282	-	-	-	10.520	-	-
Ultrapar Participações S.A.	-	-	406.787 (1)	-	1.085	-	71.585	-	-	21.954 (1)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	-	617	-	-	-	-	-	-	-	-
Imaven Imóveis Ltda.	-	-	-	648	-	-	-	-	-	-
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	-	-	-	-	-	2.207.042	-	-	4.291.679	-
Integra Frotas Ltda.	-	-	-	1.578	-	-	-	-	-	-
SERMA - Associação dos usuários de equipamentos de processamentos de dados	-	-	-	413	-	-	-	-	2.458	-
Outros	-	-	-	123	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021	-	617	406.787	20.093	1.085	2.318.704	71.585	23.886	5.397.334	21.954

(1) Em março de 2021 a Sociedade efetuou a sua nona emissão privada de debêntures, em série única de 400.000 debêntures ao valor nominal de R$ 1.000,00 (mil Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 31 de março de 2024 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar. O montante foi recebido em 28 de julho de 2022.

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas estão destacados abaixo:

	Operações comerciais						
	Contas a receber[1]	**Demais contas a receber**	**Fornecedores**	**Demais contas a pagar**	**Vendas**	**Compras**	**Despesa financeira**
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	26.062	-	-	336.781	-
Ultracargo Logística S.A.	109	-	444	-	-	140.609	-
Ultrapar Participações S.A.	-	111	-	79.139	-	-	29.495
SERMA - Associação dos usuários de equipamentos de processamentos de dados	-	-	-	359	-	2.606	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	1.490	973	-	-	-	-
Cia Ultragaz S.A.	-	5.382	-	3.824	649	65	-
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	-	-	166	-	-	31.127	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	287	-	-	23	-	-
Centro de Conveniências Millenium Ltda.	5.492	-	-	-	84.143	1.188	-
Chevron (Thailand) Limited	-	-	113	-	-	832	-
Chevron Lubricants Lanka PLC	88	-	-	-	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	403	-	-	-	930	-	-
Chevron Marine Products	1.950	-	-	-	14.068	-	-
Chevron Oronite Brasil LTDA.	-	-	53.912	-	-	162.006	-
Chevron Products Company	-	-	178.846	-	-	699.154	-
Chevron Belgium NV	-	-	326	-	-	13.053	-
Chevron Petroleum CO Colombia	220	-	-	-	220	-	-
Chevron Latin America Marketing LLC	34	-	-	-	88	-	-
Outros	3	-	385	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022	8.299	7.270	261.227	83.322	100.121	1.387.421	29.495

	Mútuos		Debêntures / Notas no mercado externo	Operações comerciais						Despesa
	Ativo	Passivo	Passivo	Contas a receber[1]	Fornecedores[1]	Demais a pagar	Vendas	Compras	Despesas	financeira
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	-	-	90.761	-	-	619.785	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	-	-	-	78	-	987	-	-	133.411	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	-	-	-	-	-	4.851	-	6	2.709	-
Empresa Carioca de Produtos Quimicos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	25.945	-	-
Ultrapar Participações S.A.	1.674	-	406.787	-	8.469	-	27.367	-	-	21.954
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	-	617	-	-	-	-	-	-	-	-
SERMA - Associação dos usuários de equipamentos de processamentos de dados	-	-	-	413	-	-	-	-	2.458	-
Assoc. Propr. Locat. Ed. Ernesto Igel	490	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metalúrgica Plus S/A - Metalplus	-	42	-	-	-	-	-	-	-	-
Chevron (Thailand) Limited	-	-	-	204	-	-	-	675	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC	-	-	-	-	-	-	-	164	1.072	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	-	-	-	319	-	-	-	786	-	-
Chevron Marine Products	-	-	-	3.663	-	-	-	24.583	-	-
Chevron Oronite Brasil LTDA.	-	-	-	-	-	53.378	-	78	150.878	-
Chevron Products Company	-	-	-	-	-	158.557	-	-	789.452	-
Chevron Belgium NV	-	-	-	-	-	821	-	-	7.520	-
Chevron Petroleum CO Colombia	-	-	-	214	-	-	-	392	-	-
Outros	-	(30)	-	221	-	2	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021	2.164	629	406.787	5.112	8.469	309.357	27.367	52.629	1.707.285	21.954

[1] Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

[2] A Sociedade efetuou sua segunda emissão privada de debêntures em março de 2016, a qual foi subscrita em sua totalidade pela Ultrapar e está sujeita a remuneração de 115% do DI e tem seu vencimento em 31 de março de 2021. As debêntures foram liquidadas na data do vencimento (vide nota explicativa nº 16.e).

[3] A Sociedade efetuou a sua nona emissão privada de debêntures em março de 2021, a qual foi subscrita em sua totalidade pela Ultrapar e está sujeita a remuneração semestral de 115% do DI e tem seu vencimento em 31 de março de 2024 (vide nota explicativa nº 16.e).

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas. Em 2022 os mútuos entre partes relacionadas foram liquidados.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições negociadas entre as partes, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar. Na avaliação da Administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.g).

b. Pessoal-chave da Administração

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da Administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, incluindo salário e benefícios como plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, por meio de métricas de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Sobre benefícios pós-emprego vide nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Remuneração de curto prazo	4.907	5.131	7.478	8.456
Remuneração em ações	2.385	2.055	3.569	3.293
Benefício pós-emprego	386	449	566	711
Total	7.678	7.635	11.613	12.460

c. Plano de ações

A Ultrapar adota desde 2003 um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Ultrapar e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Os membros do Conselho de Administração da Ultrapar não são elegíveis ao plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores e ainda não exercidas para o referido plano:

Data da outorga	Saldo de ações outorgadas (Qtd)	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	33.332	2023	32,72	1.862	(1.818)	44
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.332			1.862	(1.818)	44

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a amortização de R$ 563 (R$ 215 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**133.228**
Ações transferidas aos administradores	(66.664)
Venda de investimento (i)	(33.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**33.332**

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a dez anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores e ainda não exercidas para o referido plano:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações outorgadas (Qtde)	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na outorga (em R$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos (em R$ mil)	Custos reconhecidos acumulados das outorgas exercíveis (em R$ mil)	Custos não reconhecidos das outorgas exercíveis (em R$ mil)
Restritas	4 de abril de 2018	3.398	2023	34,35	218	(207)	11
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	19,58	2.675	(1.895)	780
Restritas	3 de abril de 2019	14.748	2023 e 2024	23,25	665	(565)	100
Performance (ii)	3 de abril de 2019	7.374	2024	23,25	320	(240)	80
Restritas	2 de setembro de 2019	80.000	2025	16,42	2.244	(1.246)	998
Restritas	1 de abril de 2020	33.030	2023 a 2025	12,53	771	(554)	217
Performance (ii)	1 de abril de 2020	39.432	2023 a 2025	12,53	918	(658)	260
Restritas	7 de abril de 2021	109.907	2024	21,00	4.325	(2.523)	1.802
Performance (ii)	7 de abril de 2021	109.907	2024	21,00	4.325	(2.523)	1.802
Restritas	22 de setembro de 2021	360.000	2027	14,17	8.713	(1.936)	6.777
Restritas	6 de abril de 2022	262.595	2025	14,16	7.789	(1.947)	5.842
Performance (ii)	6 de abril de 2022	262.595	2025	14,16	7.789	(1.947)	5.842
Restritas	21 de setembro de 2022	1.140.000	2032	12,98	27.704	(923)	26.781
		2.502.986			68.456	(17.164)	51.292

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.803.561**
Ações concedidas durante o exercício	1.662.458
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício	(257.891)
Ações transferidas	(67.792)
Venda de investimento (i)	(637.350)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.502.986**

(i) Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar.
(ii) As metas de performance são estabelecidas por outorga de acordo com metas individuais e coletivas de negócio.

Em 31 de dezembro de 2022 não há opções vested cuja ações não tenham sido entregues ao beneficiário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R$ 10.327 em relação ao Plano (R$ 8.987 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência dos planos, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Ultrapar, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias. Para ambos os planos, não há, por parte da Sociedade ou do beneficiário, a opção de receber caixa, sendo as liquidações realizadas apenas com a entrega de ações em tesouraria e os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3.

d. Venda de controladas

Em 1 de julho de 2022 a Ipiranga, realizou a venda dos investimentos relacionados a Bahiana e LPG para a sua controlada Ultragaz. Em 1 de agosto de 2022, a Ipiranga vendeu a Ultragaz S.A para controladora Ultrapar, a operação foi realizada a valor de livros, considerando que foi uma transação sobre controle comum, não existindo perda ou ganho na baixa dos investimentos. Os investimentos descontinuados na operação compreendem as Sociedades: Ultragaz, Bahiana e LPG.

O acervo líquido da transação de venda dos investimentos está demonstrado abaixo:

Ativo	**Ultragaz S.A Consolidado 31/07/2022**	**Passivo**	**Ultragaz S.A Consolidado 31/07/2022**
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	164.471	Debêntures	282
Aplicações financeiras	73.355	Fornecedores	188.689
Contas a receber de clientes	603.775	Salários e encargos	96.641
Estoques	199.782	Obrigações tributárias	13.513
Tributos a recuperar	53.826	Dividendos a pagar	1.290
Demais contas a receber	36.521	Imposto de renda e contribuição social a pagar	26.701
Despesas antecipadas	32.217	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.595
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.468	Arrendamentos a pagar	43.191
		Demais contas a pagar	57.206
Total do ativo circulante	1.165.415	Total do passivo circulante	430.108
Não circulante		**Não circulante**	
Contas a receber de clientes	19.346	Debêntures	500.000
Sociedades relacionadas	634.468	Sociedades Relacionadas	206.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos	166.392	Benefícios pós-emprego	3.529
Tributos a recuperar	71.380	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	540.152
Depósitos judiciais	623.723	Arrendamentos a pagar	118.877
Demais contas a receber	2.989	Demais contas a pagar	8.417
Despesas antecipadas	14.123		
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.845	Total do passivo não circulante	1.377.655
Investimentos	21.743	**Total do patrimônio líquido**	**2.294.562**
Ativos de direito de uso, líquido	124.420		
Imobilizado, líquido	1.159.945		
Intangível, líquido	96.536		
Total do ativo não circulante	2.936.910		
Total do ativo	**4.102.325**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**4.102.325**

Entrada de caixa líquida resultante da venda	
Contraprestação recebida em espécie	2.457.108
Saldos de caixa e equivalentes de caixa vendidos	(164.471)
Total	**2.292.637**

A contribuição do resultado dos investimentos liquidados para o resultado da Ipiranga em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 304.006 (R$ 362.218 em 31 de dezembro de 2021). A contribuição da receita dos investimentos liquidados para o resultado da Ipiranga em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 6.557.126 (R$ 9.744.659 em 31 de dezembro de 2021).

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perdas com ativos	11.592	27.726	18.475	57.894
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	57.978	77.950	72.867	184.949
Provisão para benefícios pós-emprego	30.625	29.721	70.615	71.517
Provisão para retirada de tanques	15.737	16.991	15.737	16.991
Receitas diferidas	7.553	15.244	7.848	15.643
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	3.556	3.556	3.556	3.556
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	76	1.473	76	10.964
Provisão para diferenças caixa vs. Competência (i)	52.988	24.397	59.562	24.754
Provisão para fornecedores	101.289	12.130	104.587	29.577
Provisão para participação nos lucros	23.616	13.263	29.814	26.574
Operação de arrendamento	28.563	17.187	29.148	23.147
Demais diferenças temporárias	29.774	2.763	29.830	2.762
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar	28.894	-	127.295	53.839
Total	392.241	242.401	569.410	522.167
Compensações de saldos passivos	(41.752)	(8.424)	(108.363)	(95.701)
Saldos líquidos apresentados no ativo	350.489	233.977	461.047	426.466
Reavaliação de imobilizado	-	-	-	253
Operações de arrendamento	-	-	171	138
Provisão para diferenças caixa vs. competência (i)	-	-	53	14.509
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	8.424	8.424	8.424	12.981
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	61.521	66.079
Demais diferenças temporárias	33.328	-	38.194	1.741
Total	41.752	8.424	108.363	95.701
Compensações de saldos ativos	(41.752)	(8.424)	(108.363)	(95.701)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	-	-

(i) Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (hedges).

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	233.977	182.409	426.466	401.638
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	113.969	58.027	199.117	84.761
IRPJ e CSLL diferidos de controladas classificadas como operações descontinuadas	-	-	(141.962)	159.570
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(855)	(13.228)	(909)	(19.304)
Venda de investimento [1]	-	-	(166.392)	-
Reclassificação para ativos mantidos para venda	-	-	145.360	(200.194)
Outros	3.398	6.769	(633)	(5)
Saldo final	350.489	233.977	461.047	426.466

[1] Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	**31/12/2022**
Até 1 ano	166.875	197.257
De 1 a 2 anos	48.891	66.846
De 2 a 3 anos	17.565	35.105
De 3 a 5 anos	17.555	50.931
De 5 a 7 anos	34.421	66.456
De 7 a 10 anos	106.934	152.815
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	392.241	569.410

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de *commodities*, entre outros. O saldo da controladora de R$ 392.241 e do consolidado de R$ 569.410 foi suportado pelas projeções de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal (“CF”) e pelo Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) da controladora Ultrapar.

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro antes da tributação	682.957	1.051.729	927.390	1.248.131
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(232.205)	(357.588)	(315.313)	(424.365)
Despesas indedutíveis (i)	(2.359)	(3.774)	(6.135)	(37.534)
Receitas não tributáveis (ii)	9.857	115.112	17.370	128.335
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	10.506	3.901
Juros sobre capital próprio	(21.485)	(34.382)	3	4
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativo fiscal diferido reconhecido (iv)	-	-	(625)	(3.966)
Resultado de equivalência patrimonial	155.752	139.241	(3.409)	(6.475)
Demais ajustes	27.748	4.581	9.821	20.452
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(62.692)	(136.810)	(287.782)	(319.648)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	18.024	19.744
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(62.692)	(136.810)	(269.758)	(299.904)
Correntes	(176.661)	(194.837)	(468.875)	(384.665)
Diferidos	113.969	58.027	199.117	84.761
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	9	13	29	24

(i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;

(ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões, bem como recuperação de créditos tributários e valores relativos a não tributação do IRPJ/CSLL sobre a atualização monetária (SELIC) nas repetições de indébito de ações judiciais tributárias.

(iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;

(iv) Vide nota explicativa nº 9.d.

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As unidades do segmento Ultragaz gozam do benefício de redução do IRPJ por pertencerem aos setores da economia considerados prioritários para as áreas subvencionadas, nos termos do programa de desenvolvimento da região operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), em observância à legislação em vigor. A partir de agosto de 2022 o segmento Ultragaz passou a ser controlado pela Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa 8.d.

Unidades	Incentivo - %	Término
Base de Mataripe	75	2024
Base de Caucaia	75	2025
Base de Juazeiro	75	2026
Base de Aracaju	75	2027
Base de Suape	75	2027

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade e algumas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL, cujas compensações anuais são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Oil Trading	93.627	53.839
Ipiranga	28.894	-
am/pm	4.102	-
Outros	672	-
	127.295	53.839

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Extrafarma	-	312.521
Integra Frotas	12.394	11.769
	12.394	324.290

e. Não incidência de IRPJ/CSLL sobre a atualização pela Selic dos indébitos tributários recebidos da União

A Sociedade e suas controladas possuem processos judiciais pleiteando a não-incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção monetária (SELIC) sobre créditos fiscais. Em 27 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores referentes à atualização monetária (SELIC) recebidos pelos contribuintes na repetição de indébitos tributários. A Sociedade e suas controladas possuem registrados saldos de R$ 110.955 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 96.906 em 31 de dezembro de 2021).

10 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Aluguéis	27.318	54.788	27.460	54.907
Propaganda e publicidade	40.259	17.532	40.259	17.531
Prêmios de seguros	7.878	8.371	9.851	18.618
Manutenção de software	12.244	7.318	12.244	13.032
Benefícios a funcionários	-	1.656	1.551	7.659
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 20.a)	-	612	9	18.729
Demais despesas antecipadas	7.628	3.921	8.883	11.025
	95.327	94.198	100.257	141.501
Circulante	63.319	40.448	67.553	72.232
Não circulante	32.008	53.750	32.704	69.269

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com revendedores da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutores da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato, sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. A amortização dos contratos ocorre de acordo com os termos contratuais de performance do cliente.

A movimentação é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.698.369**	**1.706.331**
Adições	689.986	689.986
Amortizações	(279.747)	(282.521)
Transferências	(34.570)	(34.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.074.038**	**2.079.226**
Adições [(i)]	637.504	637.504
Amortizações	(502.969)	(504.250)
Transferências	(6.231)	(6.230)
Venda de Investimento [(1)]	-	(3.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.202.342**	**2.202.937**
Circulante	612.554	612.718
Não circulante	1.589.788	1.590.219

[(1)] Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

[(i)] As adições são apresentadas líquidas das remensurações.

12 Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Abaixo estão demonstradas as posições do patrimônio líquido e resultado do exercício por empresa:

				Controladora			
				Investimento		Resultado do exercício	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Participação no capital social - %	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladas							
am/pm Comestíveis Ltda.	339.097	4.012	100	339.097	284.923	4.012	32.987
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	641	50	99	635	585	49	84
Ipiranga Trading Limited	(118.162)	(64.209)	100	(118.162)	(57.704)	(60.458)	(86.696)
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	186.946	43.320	100	186.945	150.838	43.320	19.895
Ipiranga Logística Ltda.	9.440	(464)	100	9.440	8.407	(464)	765
Ipiranga Imobiliária Ltda.	62.732	23.530	100	62.732	75.365	23.530	15.162
Imaven Imóveis Ltda.	314.084	90.944	100	314.084	289.640	90.944	72.357
Companhia Ultragaz S.A. (6)	-	-	-	-	1.702.783	230.453	263.890
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (6)	-	-	-	-	560.839	71.233	95.230
LPG International Inc. (6)	-	-	-	-	2.366	(146)	81
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	279.702	23.936	100	279.702	255.706	23.936	(26.843)
Iconic Lubrificantes S.A.	896.329	88.549	56	638.399	548.257	44.460	38.566
Integra Frotas Ltda.	89.294	(2.501)	100	89.294	70.790	(2.501)	(11.799)
UVC Investimentos Ltda. (7)	-	-	-	-	89	(219)	479
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	14.317
Empreendimentos controlados em conjunto							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	(18.081)
Latitude Logística Portuária S.A (3)	15.276	(1.716)	50	7.638	9.978	(2.339)	593
Navegantes Logística Portuária S.A (3)	69.749	(19.768)	33	23.250	22.289	(11.040)	(3.032)
Nordeste Logística I S.A. (3)	19.021	9.098	33	6.340	2.416	2.591	1.592
Nordeste Logística II S.A. (3)	58.246	(3.631)	33	19.415	13.256	(2.007)	(819)
Nordeste Logística III S.A (3)	51.113	799	33	17.038	10.566	(30)	255
Coligadas							
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (4)	15.593	10.733	25	3.898	3.204	2.771	552
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (5)	-	-	-	-	497	-	(4)
Serma - Associacao dos Usuarios de Equipamentos de Processamento de Dados e Servicos Correlatos	48.870	-	37	26.150	26.150	-	-
Total do investimento na controladora				**2.024.057**	**4.038.944**	**458.095**	**409.531**
Total da provisão para passivo a descoberto da controladora				**(118.162)**	**(57.704)**		
Total				**1.905.895**	**3.981.240**		

Os percentuais acima estão arredondados.

				Consolidado			
				Investimento		Resultado do período	
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido	Participação no capital social - %	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empreendimentos controlados em conjunto							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	(18.081)
Latitude Logística Portuária S.A (3)	15.276	(1.716)	50	7.638	9.978	(2.339)	593
Navegantes Logística Portuária S.A (3)	69.749	(19.768)	33	23.250	22.289	(11.040)	(3.032)
Nordeste Logística I S.A. (3)	19.021	9.098	33	6.340	2.416	2.591	1.592
Nordeste Logística II S.A. (3)	58.246	(3.631)	33	19.415	13.256	(2.007)	(819)
Nordeste Logística III S.A (3)	51.113	799	33	17.038	10.566	(30)	255
Coligadas							
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (4)	15.593	10.733	25	3.898	3.204	2.771	552
Metalúrgica Plus S.A. (5)	-	-	-	-	(53)	(53)	(100)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (5)	-	-	-	-	497	80	(4)
Serma - Associacao dos Usuarios de Equipamentos de Processamento de Dados e Servicos Correlatos	48.870	-	37	26.150	52.425	-	-
Total do investimento do consolidado				**103.729**	**114.579**	**(10.027)**	**(19.044)**

Os percentuais acima estão arredondados.

(1) Saldos estão apresentados líquidos dos efeitos das operações descontinuadas. Mais detalhes vide nota explicativa nº 31.

(2) A Sociedade participava da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Em 25 de junho de 2021 foi anunciada a venda da ConectCar, concluída em 01 de outubro de 2021 para a Porto Seguro S.A., por meio de sua subsidiária Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O valor da venda da participação de 50% da controlada IPP foi de R$ 165 milhões, e, após os ajustes decorrentes de variações de capital de giro e da posição da dívida liquida, totalizou R$ 158 milhões.

(3) A Sociedade participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”); para o porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”); em Cabedelo (PB), possui participação na Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), na Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e na Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”).

(4) A Sociedade participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (“TSB”), que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

(5) A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. (“Metalplus”), que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP e participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (“Plenogás”), que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente as coligadas estão com as suas atividades operacionais suspensas. A Cia. Ultragaz deixou de ser controlada pela Sociedade em julho de 2022.

(6) Em 1 de julho de 2022 as controladas indiretas Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) e LPG International Inc. (“LPG”) passaram a ser controladas pela Ultragaz. A partir de 01 de agosto de 2022, a controlada direta Companhia Ultragaz S.A. (“Ultragaz”) passou a ser diretamente controlada pela companhia Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”).

(7) A partir de 01 de agosto de 2022, a controlada direta UVC Investimentos Ltda passou a ser diretamente controlada pela companhia Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”).

.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2022				
	Latitude Logística	**Navegantes Logística (*)**	**Nordeste Logística I (*)**	**Nordeste Logística II (*)**	**Nordeste Logística III (*)**
Ativo circulante	9.526	4.358	20.604	38.951	25.598
Ativo não circulante	67.774	179.377	23.146	40.806	49.800
Passivo circulante	13.112	40.675	6.183	10.915	7.871
Passivo não circulante	48.912	73.311	18.546	10.596	16.415
Patrimônio líquido	15.276	69.749	19.021	58.246	51.112
Receita líquida	12.722	-	20.631	3.205	12.798
Custos,despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(9.864)	(11.360)	(7.901)	(7.367)	(10.720)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(4.574)	(8.408)	(3.632)	531	(1.280)
Lucro (prejuízo) líquido	(1.716)	(19.768)	9.098	(3.631)	798
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.384.693	37.998.195	984.587	22.393.571	16.977.737
Participação no capital social - %	50%	33%	33%	33%	33%

	31/12/2021					
	ConectCar (i)	**Latitude Logística**	**Navegantes Logística (*)**	**Nordeste Logística I (*)**	**Nordeste Logística II (*)**	**Nordeste Logística III (*)**
Ativo circulante	171.894	18.798	5.393	52.022	36.958	17.458
Ativo não circulante	177.217	50.215	167.170	18.346	17.279	49.439
Passivo circulante	174.030	9.151	256	46.615	1.418	13.960
Passivo não circulante	18.883	39.906	105.440	16.504	13.052	21.239
Patrimônio líquido	156.198	19.956	66.867	7.249	39.767	31.698
Receita líquida	60.436	5.895	-	11.625	2.016	7.561
Custos,despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(97.095)	(2.591)	(1.579)	(3.260)	(3.980)	(5.030)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	497	(2.118)	(7.517)	(3.589)	(494)	(1.765)
Lucro (prejuízo) líquido	(36.162)	1.186	(9.096)	4.776	(2.458)	766
Quantidade de ações ou cotas possuídas	263.768.000	4.383.881	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241
Participação no capital social - %	50%	50%	33%	33%	33%	33%

Os percentuais acima estão arredondados.

(i) Os saldos apresentados referem-se a 30 de setembro de 2021, em virtude da concretização da venda da ConectCar em 01 de outubro de 2021.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2022			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	**Metalúrgica Plus S.A.**	**Plenogás Distribuidora de Gás S.A.**	**SERMA**
	-	-	-	-
Ativo circulante	8.598	6	617	40.142
Ativo não circulante	10.420	-	1.949	8.967
Passivo circulante	2.824	29	167	239
Passivo não circulante	601	448	555	-
Patrimônio líquido	15.593	(471)	1.844	48.870
Receita líquida	18.250	-	-	-
Custos,despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.593)	(245)	356	(2.930)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	76	(69)	(3)	2.930
Lucro (prejuízo) líquido	10.733	(314)	353	-
Quantidade de ações ou cotas possuídas - Controladora	20.124.996	3.000	1.384.308	36.894.541
Quantidade de ações ou cotas possuídas - Consolidado	20.124.996	3.000	1.384.308	36.894.545
Participação no capital social - % - Controladora	25%	33%	33%	37%
Participação no capital social - % - Consolidado	25%	33%	33%	37%

	31/12/2021			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	**Metalúrgica Plus S.A.**	**Plenogás Distribuidora de Gás S.A.**	**SERMA**
	-	-	-	-
Ativo circulante	7.685	47	568	46.668
Ativo não circulante	11.611	126	1.804	21.672
Passivo circulante	5.875	28	158	950
Passivo não circulante	601	303	724	-
Patrimônio líquido	12.820	(158)	1.490	67.390
Receita líquida	15.126	-	-	13.353
Custos,despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.691)	(239)	18	(14.654)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(226)	(61)	(31)	1.301
Lucro (prejuízo) líquido	2.209	(300)	(13)	-
Quantidade de ações ou cotas possuídas - Controladora	20.124.996	-	1.384.308	36.894.541
Quantidade de ações ou cotas possuídas - Consolidado	20.124.996	3.000	1.384.308	68.682.930
Participação no capital social - % - Controladora	25%	-	33%	37%
Participação no capital social - % - Consolidado	25%	33%	33%	69%

A composição e movimentação dos investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas estão demonstradas abaixo:

	Controladora				Consolidado		
	Sociedades controladas	**Empreendimentos controlados em conjunto**	**Sociedades coligadas**	**Total**	**Empreendimentos controlados em conjunto**	**Sociedades coligadas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (i)	**3.892.884**	**58.505**	**29.851**	**3.981.240**	**58.505**	**56.074**	**114.579**
Equivalência patrimonial	468.149	(12.825)	2.771	458.095	(12.825)	2.798	(10.027)
Dividendos	(230.417)	-	(2.077)	(232.494)	-	(2.078)	(2.078)
Variação Cambial	(145)	-	-	(145)	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	1.912	-	-	1.912	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	691	-	-	691	-	-	-
Aumento de capital em dinheiro	122.001	28.001	-	150.002	28.001	-	28.001
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	-	-	-	-	-
Venda segmento Ultragaz (ii)	(2.457.108)	-	-	(2.457.108)	-	(26.746)	(26.746)
Realização mais-valia aquisição - imobilizado (controladora)	3.117	-	-	3.117	-	-	-
Transação de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.082	-	(497)	585			
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (i)	**1.802.166**	**73.681**	**30.048**	**1.905.895**	**73.681**	**30.048**	**103.729**

	Controladora				Consolidado		
	Sociedades controladas	**Empreendimentos controlados em conjunto**	**Coligadas**	**Total**	**Empreendimentos controlados em conjunto**	**Sociedades coligadas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (i)	**4.873.511**	**131.366**	**31.801**	**5.036.678**	**131.366**	**58.123**	**189.489**
Equivalência patrimonial das operações em continuidade	428.475	(19.492)	548	409.531	(19.492)	448	(19.044)
Equivalência patrimonial das operações descontinuadas	(401.665)	-	-	(401.665)	-	-	-
Dividendos	(342.896)	-	(998)	(343.894)	-	(998)	(998)
Dividendos prescritos	1.250	-	-	1.250	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	2.491	-	-	2.491	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(214)	-	-	(214)	-	-	-
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	15.519	-	-	15.519	-	-	-
Aumento de capital	225.202	30.697	-	255.899	30.697	-	30.697
Redução de capital	-	(5.001)	(1.500)	(6.501)	(5.001)	(1.499)	(6.500)
Transferência retenção de lucros	(51.414)	-	-	(51.414)	-	-	-
Transações com sócios - alterações de participação	17	(966)	-	(949)	(966)	-	(966)
Transferência para (da) provisão de passivo a descoberto	-	(78.099)	-	(78.099)	(78.099)	-	(78.099)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(857.392)	-	-	(857.392)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (i)	**3.892.884**	**58.505**	**29.851**	**3.981.240**	**58.505**	**56.074**	**114.579**

(i) Investimentos em controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas líquido de provisão para passivo a descoberto
(ii) Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e algumas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis, áreas portuárias e bases de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centro de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e base de engarrafamento. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

- ***Controladora:***

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Custo:						
Imóveis	7	1.272.173	157.818	(85.256)	-	1.344.735
Áreas portuárias	15	108.561	-	-	-	108.561
Outros	4	18.005	13.941	(9.495)	-	22.451
		1.398.739	171.759	(94.751)	-	1.475.747
Amortização acumulada:						
Imóveis		(380.333)	-	52.358	(163.330)	(491.305)
Áreas portuárias		(11.002)	-	-	(5.743)	(16.745)
Veículos		(12.793)	-	9.495	(6.335)	(9.633)
		(404.128)	-	61.853	(175.408)	(517.683)
Custo líquido		994.611	171.759	(32.898)	(175.408)	958.064

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Custo:						
Imóveis	7	1.252.001	127.719	(107.547)	-	1.272.173
Áreas portuárias	15	102.406	6.155	-	-	108.561
Outros	4	17.094	4.241	(3.330)	-	18.005
		1.371.501	138.115	(110.877)	-	1.398.739
Amortização acumulada:						
Imóveis		(280.114)	-	57.412	(157.631)	(380.333)
Áreas portuárias		(3.962)	-	-	(7.040)	(11.002)
Outros		(10.134)	-	3.157	(5.816)	(12.793)
		(294.210)	-	60.569	(170.487)	(404.128)
Custo líquido		1.077.291	138.115	(50.308)	(170.487)	994.611

- ***Consolidado:***

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	Venda de investimento (i)	Saldo em 31/12/2022
Custo:							
Imóveis	7	1.371.589	188.432	(92.072)	-	(58.656)	1.409.293
Áreas portuárias	15	108.561	324	(324)	-	-	108.561
Outros	4	183.751	77.931	(40.893)	-	(185.339)	35.450
		1.663.901	266.687	(133.289)	-	(243.995)	1.553.304
Amortização acumulada:							
Imóveis		(412.608)	-	54.816	(183.020)	21.329	(519.483)
Áreas portuárias		(11.002)	-	-	(5.743)	-	(16.745)
Outros		(115.802)	-	36.099	(34.207)	98.246	(15.664)
		(539.412)	-	90.915	(222.970)	119.575	(551.892)
Custo líquido		1.124.489	266.687	(42.374)	(222.970)	(124.420)	1.001.412

(1) Refere-se a venda da controlada Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	Reclassificação para ativos mantidos para venda (ii)	Saldo em 31/12/2021
Custo:							
Imóveis	7	1.851.784	216.644	(150.634)	-	(546.205)	1.371.589
Áreas portuárias	15	102.406	6.155	-	-	-	108.561
Outros	4	156.575	37.550	(9.688)	-	(686)	183.751
		2.110.765	260.349	(160.322)	-	(546.891)	1.663.901
Amortização acumulada:							
Imóveis		(427.590)	-	76.939	(251.358)	189.401	(412.608)
Áreas portuárias		(3.962)	-	-	(7.040)	-	(11.002)
Outros		(78.293)	-	8.096	(45.955)	350	(115.802)
		(509.845)	-	85.035	(304.353)	189.751	(539.412)
Provisão para perdas:							
Imóveis		-	(38.957)	-	-	38.957	-
Custo líquido		1.600.920	221.392	(75.287)	(304.353)	(318.183)	1.124.489

(i) Refere-se a valores transferidos da controlada Ultragaz para a Ultrapar.
(ii) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 31.b.1.

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**736.679**	**1.308.653**
Apropriação de juros	63.612	108.729
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(168.546)	(332.925)
Adições e remensurações	121.571	229.447
Baixas de contratos	(55.650)	(82.695)
Variação monetária e cambial	-	14.225
Reclassificação para passivos mantidos para venda (i)	-	(379.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**697.666**	**866.207**
Apropriação de juros	70.072	79.985
Pagamento de contraprestação de arrendamentos	(180.064)	(237.322)
Adições e remensurações	162.365	257.085
Baixas de contratos	(35.365)	(44.441)
Venda de investimento (ii)	-	(162.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**714.674**	**759.446**
Circulante	115.288	130.674
Não circulante	599.386	628.772

(i)Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 31.c.2.
(ii)Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente está apresentado abaixo:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	174.019	192.361
De 1 a 2 anos	163.163	179.240
De 2 a 3 anos	147.809	158.547
De 3 a 4 anos	115.289	119.616
De 4 a 5 anos	92.170	93.105
Mais de 5 anos	289.289	289.289
	981.739	1.032.158

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

b.1. Taxas de desconto

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	**Taxa % a.a.**
1 a 5 anos	8,56%
6 a 10 anos	8,85%
11 a 15 anos	7,80%
mais de 15 anos	9,68%

c. Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

Os efeitos da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	958.064	1.001.412
Base inflacionada	1.083.164	1.131.759
	13,1%	13,0%

Passivo de arrendamento	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	714.674	759.446
Base inflacionada	822.755	996.524
	15,1%	31,2%

Despesa financeira	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	70.072	79.985
Base inflacionada	81.488	86.033
	16,3%	7,6%

Despesa de amortização	**Controladora**	**Consolidado**
Base nominal	175.408	222.970
Base inflacionada	210.051	254.404
	19,7%	14,1%

Os possíveis créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

	Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar	
	Controladora	**Consolidado**
Fluxo de caixa a valor presente	66.107	70.249
Fluxo de caixa nominal	90.811	95.475

d. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor e de curto prazo

A Sociedade e sua controlada Serma mantêm contratos de arrendamento considerados como baixo valor, de curto prazo e de pagamentos variáveis referentes ao uso de equipamentos de informática, veículos e imóveis comerciais. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

- ***Controladora***

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31/12/2022	-	-	-	-
31/12/2021	117	994	-	1.111

O total de arrendamentos considerados como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecimento como despesa da controladora em 31 de dezembro 2022 foi R$ 12.167 (R$ 45.913 em 31 de dezembro de 2021).

- ***Consolidado***

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31/12/2022	-	-	-	-
31/12/2021	124	994	-	1.118

O total de arrendamentos considerados como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecimento como despesa do consolidado em 31 de dezembro 2022 foi R$ 16.917 (R$ 50.569 em 31 de dezembro 2021).

14 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

- ***Controladora:***

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições (i)	Depreciações	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo:							
Terrenos	-	336.977	-	-	23.539	(11.477)	349.039
Edificações	31	711.229	-	-	9.535	(18.255)	702.509
Benfeitorias em imóveis de terceiros	13	562.350	218	-	36.016	(7.888)	590.696
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.943.481	86.345	-	3.476	(128.830)	2.904.472
Veículos	13	9.838	-	-	265	(707)	9.396
Móveis e utensílios	10	57.611	599	-	399	(4.063)	54.546
Obras em andamento	-	324.536	238.068	-	(46.163)	-	516.441
Adiantamentos a fornecedores	-	4.866	25.569	-	(28.756)	-	1.679
Equipamentos de informática	5	168.562	14.649	-	1.689	(4.451)	180.449
		5.119.450	365.448	-	-	(175.671)	5.309.227

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições (i)	Depreciações	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Depreciação acumulada:							
Edificações		(270.397)	-	(20.044)	-	11.751	(278.690)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(382.035)	-	(22.273)	-	6.315	(397.993)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.894.995)	-	(153.524)	-	109.865	(1.938.654)
Veículos		(5.637)	-	(265)	-	416	(5.486)
Móveis e utensílios		(45.928)	-	(2.255)	-	3.984	(44.199)
Equipamentos de informática		(144.372)	-	(10.262)	-	4.432	(150.202)
		(2.743.364)	-	(208.623)	-	136.763	(2.815.224)
Provisão para perdas							
Terrenos		(146)	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(13)	-	-	-	-	(13)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(48)	-	-	-	24	(24)
		(207)	-	-	-	24	(183)
Custo líquido		2.375.879	365.448	(208.623)	-	(38.884)	2.493.820

(i) Considera a capitalização de encargos financeiros no valor de R$ 32.632.

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo:							
Terrenos	-	347.696	2.044	-	-	(12.763)	336.977
Edificações	30	716.932	1.476	-	10.816	(17.995)	711.229
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	527.766	181	-	59.799	(25.396)	562.350
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	12	2.882.258	81.898	-	22.909	(43.584)	2.943.481
Veículos	8	11.574	1.563	-	(681)	(2.618)	9.838
Móveis e utensílios	10	57.874	465	-	(484)	(244)	57.611
Obras em andamento	-	224.313	186.058	-	(85.835)	-	324.536
Adiantamentos a fornecedores	-	6.982	4.633	-	(6.749)	-	4.866
Equipamentos de informática	5	167.874	8.990	-	(297)	(8.005)	168.562
		4.943.269	287.308	-	(522)	(110.605)	5.119.450

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Depreciação acumulada:							
Edificações		(262.728)	-	(20.869)	(94)	13.294	(270.397)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(375.696)	-	(28.723)	81	22.303	(382.035)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.763.646)	-	(163.974)	(312)	32.937	(1.894.995)
Veículos		(6.705)	-	(402)	194	1.276	(5.637)
Móveis e utensílios		(43.770)	-	(2.416)	26	232	(45.928)
Equipamentos de informática		(142.430)	-	(9.862)	308	7.612	(144.372)
		(2.594.975)	-	(226.246)	203	77.654	(2.743.364)
Provisão para perdas							
Terrenos		(146)	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(13)	-	-	-	-	(13)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(75)	-	-	-	27	(48)
		(234)	-	-	-	27	(207)
Custo liquido		2.348.060	287.308	(226.246)	(319)	(32.924)	2.375.879

(i) Refere-se a valores transferidos para o intangível e estoques.

- ***Consolidado***

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições (ii)	Depreciações	Transferências	Baixas	Venda de investimento (i)	Saldo em 31/12/2022
Custo:								
Terrenos	-	477.435	-	-	23.539	(14.717)	(39.341)	446.916
Edificações	32	1.412.910	14.815	-	45.284	(46.581)	(421.824)	1.004.604
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	713.843	31.168	-	54.256	(14.833)	(136.157)	648.277
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	3.243.815	95.778	-	12.680	(132.165)	-	3.220.108
Tanques e vasilhames para GLP	9	840.933	57.123	-	-	(8.560)	(889.496)	-
Máquinas e equipamentos	6	1.464.278	51.246	-	1.908	(494)	(1.496.004)	20.934
Veículos	9	281.210	16.599	-	8.050	(4.563)	(154.496)	146.800
Móveis e utensílios	9	157.081	32.247	-	5.110	(4.605)	(51.366)	138.467
Obras em andamento	-	388.595	288.126	-	(120.568)	(482)	(18.447)	537.224
Adiantamentos a fornecedores	-	11.603	30.309	-	(32.029)	-	(4.126)	5.757
Importações em andamento	-	181	902	-	(181)	-	-	902
Equipamentos de informática	5	253.715	22.992	-	1.951	(19.475)	(47.452)	211.731
		9.245.599	641.305	-	-	(246.475)	(3.258.709)	6.381.720

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições (ii)	Depreciações	Transferências	Baixas	Venda de investimento (i)	Saldo em 31/12/2022
Depreciação acumulada:								
Edificações		(555.137)	-	(35.070)	-	34.828	136.403	(418.976)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(472.847)	-	(37.847)	607	12.863	81.316	(415.908)
Máquinas e equipamentos		(1.133.135)	-	(55.689)	-	470	1.176.359	(11.995)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(2.050.028)	-	(176.563)	(2)	112.778	-	(2.113.815)
Tanques e vasilhames para GLP		(498.311)	-	(39.802)	-	6.114	531.997	(2)
Veículos		(130.865)	-	(16.786)	-	2.623	89.177	(55.851)
Móveis e utensílios		(105.267)	-	(8.611)	(605)	4.028	40.695	(69.760)
Equipamentos de informática		(211.272)	-	(15.761)	-	19.287	41.563	(166.183)
		(5.156.862)	-	(386.129)	-	192.991	2.097.510	(3.252.490)
Provisão para perdas:								
Terrenos		(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(14)	-	-	-	-	-	(14)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis		(47)	-	-	-	24	-	(23)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos		(1.254)	-	-	-	-	1.254	-
Veículos		-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática		-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios		-	-	-	-	-	-	-
		(1.461)	-	-	-	24	1.254	(183)
Custo líquido		4.087.276	641.305	(386.129)	-	(53.460)	(1.159.945)	3.129.047

(i) Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.
(ii) Considera a capitalização de encargos financeiros no valor de R$ 32.632.

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda (ii)	Saldo em 31/12/2021
Custo:								
Terrenos	-	492.894	2.044	-	-	(17.503)	-	477.435
Edificações	30	1.316.661	44.106	-	85.728	(33.585)	-	1.412.910
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7	953.867	21.590	-	64.106	(41.280)	(284.440)	713.843
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	3.168.609	87.029	-	33.794	(45.617)	-	3.243.815
Tanques e vasilhames para GLP	10	776.481	91.842	-	1.567	(28.957)	-	840.933
Máquinas e equipamentos	6	1.402.589	96.353	-	10.236	(9.151)	(35.749)	1.464.278
Veículos	8	285.493	19.054	-	11.634	(21.230)	(13.741)	281.210
Móveis e utensílios	9	262.680	31.822	-	496	(16.285)	(121.632)	157.081
Obras em andamento	-	259.619	328.028	-	(198.093)	(301)	(658)	388.595
Adiantamentos a fornecedores	-	12.128	6.309	-	(6.751)	-	(83)	11.603
Importações em andamento	-	654	2.877	-	(3.350)	-	-	181
Equipamentos de informática	5	306.720	20.624	-	129	(11.744)	(62.014)	253.715
		9.238.395	751.678	-	(504)	(225.653)	(518.317)	9.245.599

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Reclassificação para ativos mantidos para venda (ii)	Saldo em 31/12/2021
Depreciação acumulada:								
Edificações		(539.297)	-	(37.807)	(94)	22.061	-	(555.137)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(600.258)	-	(67.358)	81	27.515	167.173	(472.847)
Máquinas e equipamentos		(1.067.578)	-	(92.670)	-	8.841	18.272	(1.133.135)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.906.539)	-	(177.997)	(311)	34.819	-	(2.050.028)
Tanques e vasilhames para GLP		(454.652)	-	(62.558)	-	18.899	-	(498.311)
Veículos		(129.896)	-	(22.355)	195	13.292	7.899	(130.865)
Móveis e utensílios		(161.130)	-	(18.177)	24	14.360	59.656	(105.267)
Equipamentos de informática		(250.956)	-	(21.724)	308	11.239	49.861	(211.272)
		(5.110.306)	-	(500.646)	203	151.026	302.861	(5.156.862)
Provisão para perdas:								
Terrenos		(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(14)	(43.666)	-	-	-	43.666	(14)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(74)	-	-	-	27	-	(47)
Adiantamentos a fornecedores		(83)	-	-	-	-	83	-
Máquinas e equipamentos		(1.254)	(335)	-	-	-	335	(1.254)
Veículos		-	(160)	-	-	-	160	-
Equipamentos de informática		-	(1.660)	-	-	-	1.660	-
Móveis e utensílios		-	(14.887)	-	-	-	14.887	-
		(1.571)	(60.708)	-	-	27	60.791	(1.461)
Custo líquido		4.126.518	690.970	(500.646)	(301)	(74.600)	(154.665)	4.087.276

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos terminais, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à equipamentos para modernização das bases de combustíveis, postos de serviço e para aquisição de imóveis operacionais.

(i) Refere-se a valores transferidos para intangível, direito de uso, estoques e contas a receber.
(ii) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 31.b.2.

15 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

- **Controladora**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo:							
Ágio (a)	-	233.074	-	-	-	-	233.074
Software (b)	5	499.208	164.969	-	-	(279)	663.898
Fundo de comércio	-	30.541	-	-	-	-	30.541
Outros (d)	-	12	-	-	-	-	12
Créditos de descarbonização (e)	-	-	635.130	-	-	(402.825)	232.305
		762.835	800.099	-	-	(403.104)	1.159.830
Amortização acumulada:							
Software		(272.615)	-	(72.669)	-	279	(345.005)
Fundo de comércio		(30.522)	-	-	-	-	(30.522)
Outros		(31)	-	-	-	-	(31)
		(303.168)	-	(72.669)	-	279	(375.558)
Custo líquido		459.667	800.099	(72.669)	-	(402.825)	784.272

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo:							
Ágio (a)	-	233.074	-	-	-	-	233.074
Software (b)	5	363.396	135.682	-	518	(388)	499.208
Fundo de comércio	-	30.541	-	-	-	-	30.541
Outros (d)	-	12	-	-	-	-	12
Créditos de descarbonização (e)	-	-	176.837	-	-	(176.837)	-
		627.023	312.519	-	518	(177.225)	762.835
Amortização acumulada:							
Software		(221.011)	-	(51.771)	(203)	370	(272.615)
Fundo de comércio		(30.522)	-	-	-	-	(30.522)
Outros		(31)	-	-	-	-	(31)
		(251.564)	-	(51.771)	(203)	370	(303.168)
Custo líquido		375.459	312.519	(51.771)	315	(176.855)	459.667

(i) Refere-se a valores transferidos do imobilizado.

- ***Consolidado***

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Amortizações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Venda de investimento (i)	Saldo em 31/12/2022
Custo:									
Ágio (a)	-	316.285	-	-	-	-	-	(13.403)	302.882
Software (b)	5	863.905	209.053	-	(2)	(3.451)	-	(302.626)	766.879
Fundo de comércio	12	114.612	-	-	-	-	-	(69.592)	45.020
Marcas (c)	-	69.192	-	-	-	-	(4.499)	-	64.693
Direito de uso de marcas (c)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (d)	-	389	-	-	-	-	-	(243)	146
Créditos de descarbonização (e)	-	-	635.130	-	-	(402.825)	-	-	232.305
		1.479.175	844.183	-	(2)	(406.276)	(4.499)	(385.864)	1.526.717
Amortização acumulada:									
Software		(506.742)	-	(104.646)	2	3.261	-	220.236	(387.889)
Fundo de comércio		(101.026)	-	(795)	-	-	-	68.850	(32.971)
Direito de uso de marcas		(11.993)	-	(2.937)	-	-	-	-	(14.930)
Outros		(403)	-	-	-	-	-	242	(161)
		(620.164)	-	(108.378)	2	3.261	-	289.328	(435.951)
Custo líquido		859.011	844.183	(108.378)	-	(403.015)	(4.499)	(96.536)	1.090.766

(i) Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Reclassificação para ativos mantidos para venda (ii)	Saldo em 31/12/2021
Custo:									
Ágio (a)	-	977.838	-	-	-	-	-	(661.553)	316.285
Software (b)	5	825.616	207.516	-	504	(1.605)	-	(168.126)	863.905
Fundo de comércio	12	131.958	-	-	-	-	-	(17.346)	114.612
Marcas (c)	-	136.961	-	-	-	-	4.758	(72.527)	69.192
Direito de uso de marcas (c)	39	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Direito de propriedade comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (d)	-	32.338	-	-	-	-	-	(31.949)	389
Créditos de descarbonização (e)	-	-	176.837	-	-	(176.837)	-	-	-
		2.219.503	384.353	-	504	(178.442)	4.758	(951.501)	1.479.175
Amortização acumulada:									
Software		(478.072)	-	(112.969)	(203)	1.586	-	82.916	(506.742)
Fundo de comércio		(111.665)	-	(3.093)	-	-	-	13.732	(101.026)
Direito de uso de marcas		(9.056)	-	(2.937)	-	-	-	-	(11.993)
Direito de propriedade comercial		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros		(32.356)	-	-	-	-	-	31.953	(403)
		(631.149)	-	(118.999)	(203)	1.586	-	128.601	(620.164)
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment":									
Ágio (a)		(593.280)	(68.273)	-	-	-	-	661.553	-
Direitos de propriedade comercial		-	(76.218)	-	-	-	-	76.218	-
		(593.280)	(144.491)	-	-	-	-	737.771	-
Custo líquido		995.074	239.862	(118.999)	301	(176.856)	4.758	(85.129)	859.011

(i) Refere-se a valores transferidos para despesa antecipada.
(ii) Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 31.b.2.

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. O saldo é composto pelas seguintes aquisições.

- ***Controladora***

	Segmento	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na aquisição de:			
Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga	Ipiranga	30.579	30.579
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
		233.074	233.074

- ***Consolidado***

	Segmento	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	-	661.553
Extrafarma - impairment	Extrafarma	-	(661.553)
Extrafarma - líquido	Extrafarma	-	-
CBLSA	Ipiranga	69.807	69.807
Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga	Ipiranga	30.580	30.580
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	-	13.403
		302.882	316.285

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então, considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2022 variaram de 10,1% a 11,1% e -0,5% a 0,5% a.a, respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2023 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com *softwares* em andamento no montante de R$ 11.069 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 8.983 em 31 de dezembro de 2021).

c. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca '*am/pm*' no Brasil e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

d. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma reclassificado para ativos mantidos para venda e baixado em 2022 pela venda da Extrafarma. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 31.c.2.

e. Créditos de descarbonização

Representam os CBIOS adquiridos e registrados pelo custo de aquisição. O valor da coluna "baixas" refere-se aos CBIOS aposentados no exercício, que não podem ser objeto de negociação futura.

16 Financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção

a. Composição

- ***Controladora***

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2022 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Financiamentos externos (b) (*)	656.177	735.438	US$	4,0%	2023
Financiamento externos com partes relacionadas (c.1 e c.3)	1.666.227	-	US$	3,6%	2023
Financiamentos externos (b) (*)	-	275.936	US$ + LIBOR (1)		
Total moeda estrangeira	2.322.404	1.011.374			
Moeda nacional:					
Debêntures (e)	-	1.180.021	DI	-	2022
Debêntures – CRA (e)	660.485	2.063.788	DI	97,5%	2023
Debêntures – CRA (e) (*)	3.011.462	1.940.237	IPCA	5,1%	2024 a 2028
Banco do Brasil pós-fixado (d)	-	204.813	DI	-	2022
FINEP	-	326	TJLP (2)	-	2022
Total moeda nacional	3.671.947	5.389.185			
Total moeda estrangeira e nacional	5.994.351	6.400.559			
Resultado de instrumentos financeiros derivativos (**)	479.197	144.190			
Total	6.473.548	6.544.749			
Circulante	2.194.692	2.704.970			
Não circulante	4.278.856	3.839.779			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 29.h).
(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 29.i).

1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
2) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2022, a TJLP estava fixada em 7,20% a.a.

- ***Consolidado***

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2022 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Financiamentos externos intercias (c.1 e c.2)	3.130.434	1.945.530	US$	5,3%	2029
Financiamentos externos (b) (*)	656.177	735.438	US$	4,0%	2023
Financiamentos externos (b) (*)	54.542	-	EU$	2,9%	2023
Financiamentos externos (b) (*)	-	275.936	US$ + LIBOR [1]	-	2022
Total moeda estrangeira	3.841.153	2.956.904			
Moeda nacional:					
Debêntures (e)	-	1.180.021	DI	108,5%	2022
Debêntures – CRA (e)	660.485	2.063.788	DI	95,8%	2023
Debêntures – CRA (e) (*)	3.011.462	1.940.237	IPCA	5,1%	2024 a 2028
Banco do Brasil pós-fixado (d)	-	204.813	DI	-	2022
Cédula de Crédito Bancário	-	51.179	R$ + DI	-	2022
FINEP	-	326	TJLP [2]	-	2022
Total moeda nacional	3.671.947	5.440.364			
Total moeda estrangeira e nacional	7.513.100	8.397.268			
Resultado de instrumentos derivativos (**)	481.913	167.242			
Total	7.995.013	8.564.510			
Circulante	1.541.942	2.788.298			
Não circulante	6.453.071	5.776.212			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 29.h).
(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 29.i).

[1] LIBOR = London Interbank Offered Rate.
[2] TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2022, a TJLP estava fixada em 7,20% a.a.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**7.191.030**	**9.167.881**
Captações com efeito caixa	1.329.576	1.329.576
Apropriação de juros	282.761	399.339
Pagamento de principal	(2.176.222)	(2.176.222)
Pagamento de juros	(229.981)	(346.051)
Variação monetária e cambial	194.782	328.565
Variação de valor justo	(188.919)	(188.919)
Resultado de hedges	141.722	50.341
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**6.544.749**	**8.564.510**
Captações com efeito caixa	3.541.707	3.440.758
Apropriação de juros	464.080	619.558
Pagamento de principal	(4.000.184)	(3.731.619)
Pagamento de juros	(489.175)	(643.325)
Variação monetária e cambial	134.777	(11.853)
Variação de valor justo	(57.413)	(57.405)
Resultado dos instrumentos derivativos	335.007	314.679
Venda de investimento [1]	-	(500.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.473.548**	**7.995.021**

[1] Refere-se a venda da controlada Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
De 1 a 2 anos	725.176	1.377.247	725.176	1.377.247
De 2 a 3 anos	284.502	1.094.576	284.502	1.094.576
De 3 a 4 anos	708.416	279.659	708.416	279.659
De 4 a 5 anos	-	-	-	-
Mais de 5 anos	2.560.762	1.088.297	4.734.977	3.024.730
			-	-
	4.278.856	3.839.779	6.453.071	5.776.212

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros.

Para algumas dívidas, a Administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa n° 29.h).

b. Financiamentos externos

A controladora Ipiranga possui financiamentos externos no montante de US$ 125.000 (equivalente a R$ 656.177 em 31 de dezembro de 2022). A Sociedade contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,9% do DI.

Em 30 de setembro de 2022 a controlada Iconic Lubrificantes S.A. efetuou captação de financiamento 4131 no montante de EU$ 9.708 (equivalente a R$ 54.542 em 31 de dezembro de 2022), com encargos financeiros 2,9% e vencimento em 29 de março de 2023. A controlada Iconic Lubrificantes S.A. contratou instrumentos de proteção à taxa de juros em Euro e a variação cambial, trocando encargos financeiros para 111,6% do DI.

As companhias designaram os instrumentos de proteção como hedge de valor justo (vide nota explicativa nº 29.h.1). Desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	EU$	US$	R$	Custo em % do CDI
Encargos [1]	84	1.326	4.434	-
jun/2022	9.709	-	54.072	111,6%
set/2023	-	60.000	313.062	105,0%
set/2023	-	65.000	339.151	104,8%
Total / custo médio ponderado	9.793	126.326	710.719	104,9%

[1] Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

A Sociedade e suas controladas não possuem compromissos financeiros requeridos para os empréstimos firmados.

c. Financiamentos externo intercias

c.1. A controladora Ipiranga possui financiamentos externos junto a parte relacionada Ultrapar International no montante de US$ 179.958 (equivalente a R$ 938.967 em 31 de dezembro de 2022) com vencimentos finais em outubro de 2026 e junho de 2029.

c.2. A controlada Ipiranga Trading Limited possui financiamentos externos junto a parte relacionada Ultrapar International no montante de US$ 416.700 (equivalente a R$ 2.174.216 em 31 de dezembro de 2022) com vencimento final em junho de 2029

c.3. A controladora Ipiranga possui financiamentos externos junto a controlada Ipiranga Trading Limited no montante de US$ 138.000 (equivalente a R$ 720.043 em 31 de dezembro de 2022) com vencimento final em janeiro de 2023

d. Banco do Brasil

A Sociedade possuía empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol) com vencimento em maio de 2022. Os empréstimos foram liquidados conforme data de vencimento.

e. Debêntures

e.1) Em março de 2021, a Sociedade efetuou sua nona emissão privada de debêntures, em série única de 400.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo subscritas pela Ultrapar, cujas características são:

Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	31 de março de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	115% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

e.2) Em setembro de 2021 a Sociedade efetuou sua décima emissão de debêntures no montante total de R$ 960.000, em série única de 960.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela Sociedade. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 16 de setembro de 2021. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	960.000
Valor nominal unitário:	R$1.000,00
Vencimento final:	15 de setembro de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,8287%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Sociedade contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 102,75% do DI. A Sociedade designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

e.3) Em junho de 2022 a controlada IPP efetuou sua décima primeira emissão de debêntures no montante total de R$ 1.000.000, em série única de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). A liquidação financeira ocorreu em 27 de junho de 2022. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	1.000.000
Valor nominal unitário:	R$ 1.000,00
Vencimento final:	11 de junho de 2032
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir do 8º ano
Remuneração:	IPCA + 6,0053%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 104,8% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2022).

Vencimento	31/12/2022
dez-23	660.000
abr-24	469.937
out-24	282.790
dez-25	303.845
set-28	1.052.762
jun-30	334.381
jun-31	334.381
jun-32	334.381
Total	3.772.477
Encargos (1)	(100.530)
Total líquido de encargos	3.671.947

(1) Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

f. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor dos financiamentos contratados e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

- **Consolidado**

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2021	Captações	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Debêntures (e)	0,3	43.844	30.420	(14.363)	59.901
Banco do Brasil (d)	0,1	75	-	(75)	-
Total		43.919	30.420	(14.438)	59.901

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2020	Captações	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Debêntures (e)	0,3	26.178	30.424	(12.758)	43.844
Banco do Brasil (d)	0,1	332	-	(256)	76
Total		26.510	30.424	(13.014)	43.920

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (e)	12.735	8.731	7.940	7.757	7.789	14.949	59.901
Total	12.735	8.731	7.940	7.757	7.789	14.949	59.901

g. Garantias

Em 2022 e 2021 não há financiamentos mantidos por garantias reais. Os financiamentos estão garantidos por avais, fianças e notas promissórias no montante de R$ 4.328.124 em 2022 (R$ 5.787.263 em 2021).

Adicionalmente, a Sociedade oferece aval em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R$ 102.680 em 2022 (R$ 104.984 em 2021).

A Sociedade emite garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes, conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	550.908	690.347
Vencimento de até	51 meses	49 meses
Valor justo das garantias outorgadas	9.914	9.923

Caso a Sociedade venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a Sociedade poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2022, a Sociedade não teve perda relacionada a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 Fornecedores

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	2.199.035	2.342.308	2.565.946	2.790.214
Fornecedores nacionais – partes relacionadas	2.733.569	2.318.704	26.506	96.599
Fornecedores estrangeiros	-	-	1.431.387	445.521
Fornecedores estrangeiros – partes relacionadas	-	-	234.721	212.758
	4.932.604	4.661.012	4.258.560	3.545.091

A Sociedade e certas controladas adquirem substancialmente combustíveis da Petrobras no mercado nacional. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

b. Fornecedores convênio

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais – convênio	2.362.406	1.939.611	2.429.497	1.948.033
Fornecedores nacionais – convênio – partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	89.339	-	89.339
Fornecedores estrangeiros – convênio	-	-	237.397	81.687
	2.362.406	2.028.950	2.666.894	2.119.059

A Sociedade e algumas controladas realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento originalmente celebrado entre companhia e fornecedor, o montante devido pelas controladas da Sociedade sem incidência de juros. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

18 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Provisões sobre folha de pagamento	74.786	43.574	99.021	111.834
Participação nos lucros, bônus e prêmios	69.458	39.009	87.688	78.559
Encargos sociais	16.080	13.079	24.413	30.108
Outros	394	337	83	1.526
	160.718	95.999	211.205	222.027

19 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
ICMS	41.599	64.067	124.137	146.806
PIS e COFINS	2.771	3.339	4.746	7.549
ISS	12.209	9.292	17.600	42.636
Outros	11.153	7.732	19.252	22.058
	67.732	84.430	165.735	219.049

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Ultrapar aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Ultrapar e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal que varia entre 0,3% e 1,0 % sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. A Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria.

O saldo de R$ 9 (R$ 18.729 em 31 de dezembro de 2021) referente ao fundo de reversão da Sociedade e suas controladas, será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras em um período de até 4 meses, dependendo da patrocinadora. A quantidade de meses é estimada de acordo com o montante atual que está sendo abatido das contribuições da patrocinadora de maior saldo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade e suas controladas contribuíram à Ultraprev com R$ 11.057 (R$ 12.129 em 31 de dezembro de 2021).

O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2022 atingiu 1.659 participantes ativos e 187 participantes aposentados (3.537 participantes ativos e 232 participantes aposentados em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente a Ultraprev possuía 15 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios estão baseados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela Administração em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Plano de Assistência Médica e Odontológica [1]	57.707	53.532	164.428	159.867
Indenização do FGTS	20.046	23.043	28.480	34.703
Gratificação por tempo de serviço [2]	87	3.547	2.156	5.570
Seguro de vida	12.213	11.284	12.613	11.665
Total	90.053	91.406	207.677	211.805
Circulante	12.500	13.588	20.413	20.587
Não circulante	77.553	77.818	187.264	191.218

[1] Somente aplicável a Sociedade, Tropical e Iconic.
[2] Em 2021 houve alteração na política de gratificação para aposentadoria, com redução do benefício.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Saldo inicial	**91.406**	**114.252**	**211.805**	**270.307**
Despesa do exercício de operação continuada	8.570	4.343	20.157	17.075
Despesa (receita) do exercício de operação descontinuada	-	-	-	52
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(2.515)	(18.995)	(2.887)	(58.423)
Reversão por mudança de política	-	-	-	(2.132)
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(7.408)	(8.194)	(17.869)	(14.787)
Venda de investimento [1]	-	-	(3.529)	-
Reclassificação para passivos mantidos para venda	-	-	-	(287)
Saldo final	**90.053**	**91.406**	**207.677**	**211.805**

[1] Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

O total da despesa em cada exercício está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Plano de Assistência Médica e Odontológica	4.678	4.470	14.660	15.265
Indenização do FGTS	2.659	2.375	3.979	3.768
Gratificação por tempo de serviço	309	(3.275)	563	(2.755)
Seguro de vida	924	773	955	797
Total	8.570	4.343	20.157	17.075

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
	% a.a.	**% a.a.**
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	9,97	8,93
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	6,98	7,07
Taxa de inflação (longo prazo)	3,50	3,25
Taxa de crescimento dos serviços médicos	7,64	7,38

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80
Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983 e RRB 1944
Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefícios pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022, apresentadas a seguir, foram determinadas com base em mudanças possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- ***Controladora***

Premissa	**Mudança na premissa**	**Diminuição no passivo**	**Mudança na premissa**	**Aumento no passivo**
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	8.225	diminuição 1,0 p.p.	10.132
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	111	aumento 1,0 p.p.	199
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	7.514	aumento 1,0 p.p.	9.127

- ***Consolidado***

Premissa	**Mudança na premissa**	**Diminuição no passivo**	**Mudança na premissa**	**Aumento no passivo**
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	18.968	diminuição 1,0 p.p.	23.366
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	256	aumento 1,0 p.p.	460
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	17.329	aumento 1,0 p.p.	21.048

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefícios pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes aos benefícios pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefícios pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

21 Provisão para retirada de tanques (Controladora e Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos de propriedade da Sociedade localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização.

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	**53.435**
Adições (novos tanques)	451
Gastos com tanques retirados	(2.773)
Despesa com atualização	5.598
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**56.711**
Adições (novos tanques)	158
Gastos com tanques retirados	(9.528)
Despesa com atualização	4.417
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**51.758**
Circulante	5.063
Não circulante	46.695

22 Provisões e passivos contingentes

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial.

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Controladora:

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2022
IRPJ e CSLL	25.411	5.533	(35.992)	-	9.088	4.040
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.1)	103.376	14.310	(7.568)	(22.258)	-	87.860
Trabalhistas (a.2)	58.025	11.693	(12.335)	(18.147)	-	39.236
Provisão para indenizações (a.4)	-	11.126	-	-	-	11.126
ICMS	57.499	838	(13.583)	(33.876)	1.411	12.289
Outras	4.526	2.713	(1.010)	-	315	6.544
Total	248.837	46.213	(70.488)	(74.281)	10.814	161.095
Circulante	104.255					16.565
Não circulante	144.582					144.530

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	44.312	71.820
Trabalhistas	20.511	20.531
Cíveis e outros	68.737	43.604
Total – ativo não circulante	133.560	135.955

Consolidado:

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Venda de Investimento (1)	Saldo em 31/12/2022
IRPJ e CSLL (a.3)	550.345	2.771	(36.715)	-	32.799	(522.407)	26.793
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.1)	108.248	16.297	(8.467)	(23.309)	-	(2.921)	89.848
Trabalhistas (a.2)	89.927	14.240	(16.497)	(22.448)	-	(12.069)	53.153
Provisão para indenizações (a.4)	-	11.126	-	-	-	-	11.126
ICMS	84.171	35.268	(16.076)	(37.688)	1.232	(112)	66.795
Outras	87.940	4.812	(2.400)	-	647	(5.238)	85.761
Total	920.631	84.514	(80.155)	(83.445)	34.678	(542.747)	333.476
Circulante	118.880						19.160
Não circulante	801.751						314.316

(1) Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	165.456	722.898
Trabalhistas	27.021	45.120
Cíveis e outros	72.991	90.992
Total – ativo não circulante	265.468	859.010

a.1 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R$ 89.809 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 108.248 em 31 de dezembro de 2021). A diminuição evidenciada durante o ano, decorre de principalmente da realização de pagamentos, baixas e encerramentos de diversos processos.

a.2 Provisões trabalhistas

A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R$ 53.153 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 89.927 em 31 de dezembro de 2021) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

a.3 Provisões tributárias

Em outubro de 2005 as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R$ 534.830 em 31 de dezembro de 2021. Em 18 de julho de 2014 foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujos julgamentos definitivos encontram-se pendentes. No STJ, o tema foi afetado à sistemática de Recursos Repetitivos (Tema Repetitivo nº 1093) e aguarda julgamento pelo Tribunal Superior. Em agosto de 2022, a Sociedade realizou a venda do segmento Ultragaz para a sua controladora Ultrapar.

a.4 Provisão para indenização

Em 1º de agosto de 2022 a controladora IPP concluiu a transação de venda da Extrafarma, pela qual ficou acordado que a antiga acionista, controlada IPP, é responsável, conforme os termos e condições do contrato de compra e venda de ações, por perdas resultantes de demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes do fechamento da transação. O montante de R$ 11.126 referente a provisão para indenização foi constituído, sendo R$ 5.864 de processos trabalhistas, R$ 472 de processos cíveis e R$ 4.790 de processos tributários que poderão vir a ser ressarcidos à Pague Menos, em caso de materialização de referidas perdas.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseados na opinião de seus assessores legais externos e, com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R$ 2.719.251 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.212.912 em 31 de dezembro de 2021).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R$ 2.204.967 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.218.771 em 31 de dezembro de 2021), dos quais se destacam:

b.1.1 A Sociedade e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R$ 182.446 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 178.422 em 31 de dezembro de 2021).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R$ 1.376.199 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 1.303.383 em 31 de dezembro de 2021). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R$ 201.408 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 209.611 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R$ 178.825 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 106.590 em 31 de dezembro de 2021 de suposta falta de recolhimento do imposto; de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R$ 193.785 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 174.039 em 31 de dezembro de 2021); de diferenças de estoque no valor de R$ 302.143 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 295.163 em 31 de dezembro de 2021); e de cobrança do adicional de 2%, sobre produtos considerados não essenciais (etanol hidratado) no valor de R$ 246.336 (R$ 219.218 em 31 de dezembro de 2021).

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R$ 525.759 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 518.012 em 31 de dezembro de 2021), dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A Sociedade recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R$ 233.805 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 218.589 em 31 de dezembro de 2021), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórios

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R$ 336.993 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 761.659 em 31 de dezembro de 2021), dos quais se destacam:

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R$ 34.162 em 31 de dezembro de 2021. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R$ 177.292 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 232.482 em 31 de dezembro de 2021).

b.4 Processos indenizatórios

Em dezembro de 2022 a controladora IPP, na figura de cedente, celebrou um contrato junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados, realizado a cessão de 90% do seu direito creditório oriundo de uma ação judicial de cunho indenizatório(ativo contingente), tendo reconhecido o valor fixo de R$140.000 referente a parcela inicial, sendo o primeiro recebimento de R$ 60.000 em 29 de dezembro de 2022 e a parcela remanescente de R$ 80.000 (registrado na rubrica de Demais contas a receber) a ser recebida até 31 de março de 2023, sujeita a correção pela taxa DI até a data de liquidação. O contrato estipula que a cessão foi realizada de forma irrevogável e irretratável entre a cedente e cessionária, com a transferência do controle e dos riscos e benefícios.

c. Operação de lubrificantes entre a Sociedade e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridas antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R$ 26.010 (R$ 19.724 em 31 de dezembro de 2021) estão refletidas na consolidação destas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R$ 100.548 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 101.267 em 31 de dezembro de 2021). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

O valor da provisão de responsabilidade da Chevron no montante de R$ 26.010, refere-se a: i) R$ 23.337 de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; (ii) R$ 2.381 de processos trabalhistas e (iii) R$ 292 de processos cíveis, regulatórios e ambientais.

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 2022 e 2021 é composto por 224.467.228.244 ações escriturais e nominativas sem valor nominal, sendo 86.286.548.365 ações ordinárias e 138.180.679.879 ações preferenciais sem direito a votos.

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Ultrapar mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

d. Reservas de lucros

d.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a reserva legal totalizava R$ 501.388 (R$ 476.300 em 31 de dezembro de 2021). Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

d.2 Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e inclui tanto a parcela do lucro líquido do exercício como a realização da reserva de reavaliação. Em 31 de dezembro de 2021 a reserva de retenção de lucros totalizava R$ 3.004.469 (R$ 2.790.429 em 31 de dezembro de 2021).

e. Ajustes de avaliação patrimonial

(i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção.

(ii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido líquidos de imposto de renda e contribuição social na conta ajustes de avaliação patrimonial, líquidos do imposto de renda e da contribuição social. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

(iii) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

		Ajustes de avaliação patrimonial			
	Valor justo de aplicações financeiras	**(Ganhos)/perdas atuariais de benefícios pós-emprego**	**Mudança de participação de não controladores**	**Outros**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2020	(24)	(45.172)	197.369	-	152.173
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	(375)	-	-	-	(375)
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	41.659	-	-	41.659
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	(13.603)	-	-	(13.603)
Em 31 de dezembro de 2021	(399)	(17.116)	197.369	-	179.854
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	399	-	-	929	1.328
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	3.169	-	-	3.169
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	(1.077)	-	-	(1.077)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(15.024)	197.369	929	183.274

f. Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 30% do lucro líquido, após destinar 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2021, cujo montante totalizava R$ 146.277 (R$ 0,65 – sessenta e cinco centavos de Real por lote de mil ações), e foram pagos a partir de 03 de março de 2022. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2022, cujo montante totalizava R$ 250.000, (R$ 1,11 – um real e onze centavos de Real por lote de mil ações), foram aprovados pelo CA em 02 de março de 2023, e serão pagos a partir dessa data até 31 de dezembro de 2023.

A proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e para distribuição de dividendos é assim demonstrada:

	31/12/2022
Destinação do lucro líquido	
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ipiranga	501.768
Reserva legal (5% do lucro líquido)	25.088
Lucro líquido ajustado (base para dividendos)	476.680
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (30% do lucro líquido ajustado)	143.004
Total da distribuição	143.004
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	126.996
Saldo de dividendos propostos	270.000
Abertura do saldo de distribuição de dividendos	
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (30% do lucro líquido ajustado)	143.004
Saldo de dividendos propostos	126.996
Destinação do lucro líquido	
Reserva legal (5% do lucro líquido)	25.088
Reserva para retenção de lucros	206.680
Dividendos propostos do exercício	143.004
Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios	126.996
Total da distribuição do lucro líquido do exercício	501.768

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	146.277	155.595
Provisões	143.004	144.908
Pagamentos	(146.277)	(148.666)
Venda de investimento [1]	-	(1.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	143.004	150.547

[1] Refere-se a venda das controladas Ultragaz para a Ultrapar. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 8.d.

24 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de vendas	126.286.663	98.919.775	141.593.359	113.646.869
Receita de serviços prestados	46.758	53.031	311.927	276.073
Devoluções e abatimentos	(815.100)	(1.222.703)	(910.444)	(1.351.376)
Amortização dos ativos de contratos com clientes (vide nota explicativa nº 11)	(502.969)	(279.747)	(504.250)	(282.521)
Receita diferida	617	10.219	169	10.614
Impostos sobre vendas e serviços	(1.616.044)	(2.056.209)	(2.567.679)	(3.200.018)
Receita líquida de vendas e serviços	123.399.925	95.424.366	137.923.082	109.099.641

25 Despesas por natureza

A Sociedade apresenta as despesas por função na demonstração do resultado e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas e materiais de uso e consumo [1]	(119.877.559)	(92.945.334)	(131.626.854)	(103.960.723)
Gastos com pessoal	(583.257)	(495.169)	(1.239.594)	(1.420.350)
Fretes e armazenagens	(472.552)	(384.755)	(1.110.648)	(1.085.918)
Obrigação de descarbonização [2]	(638.542)	(161.281)	(638.542)	(161.281)
Depreciação e amortização	(281.292)	(294.185)	(494.507)	(557.532)
Amortização de ativos de direito de uso	(175.408)	(170.487)	(222.970)	(228.884)
Propaganda e marketing	(70.433)	(77.391)	(96.375)	(97.287)
Créditos fiscais extemporâneos [3]	19.686	206.493	34.247	213.183
Serviços prestados por terceiros	(326.973)	(322.002)	(522.438)	(345.591)
Outras despesas e receitas, líquidas	209.094	(22.594)	109.337	(18.055)
Total	(122.197.236)	(94.666.705)	(135.808.344)	(107.662.438)
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(119.653.902)	(92.788.332)	(132.302.471)	(104.703.157)
Despesas com vendas e comerciais	(1.201.422)	(1.086.787)	(1.870.701)	(1.845.047)
Despesas gerais e administrativas	(734.406)	(809.342)	(1.115.951)	(1.199.496)
Outros resultados operacionais, líquidos	(607.506)	17.756	(519.221)	85.262
Total	(122.197.236)	(94.666.705)	(135.808.344)	(107.662.438)

[1] Inclui créditos de PIS e COFINS registrados em 2022 referente à LC 192. Para mais informações, vide nota explicativa nº 7.

[2] Refere-se à obrigação adotada pela RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor de gás e petróleo; os valores estão apresentados na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos.

[3] Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS registrados em 2021 e 2022. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União, o STF se pronunciou definitivamente sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para os processos ajuizados após 15 de março de 2017. Certas controladas possuem créditos oriundos de decisões favoráveis sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS, tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela Administração e registrados em resultado na rubrica de outros resultados operacionais, líquidos.

26 Resultado na venda de bens

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. No acumulado até 31 de dezembro de 2022 o resultado na controladora foi um ganho de R$ 92.348 (ganho de R$ 117.158 em 2021) e no consolidado foi um ganho de R$ 168.349 (ganho de R$ 185.830 em 2021, representado principalmente pela venda da ConectCar e de imóveis).

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	125.071	48.538	173.639	68.998
Juros de clientes	97.216	86.332	119.165	108.737
Juros Selic sobre créditos extraordinários de PIS/COFINS	25.195	200.460	35.080	201.795
Outras receitas	25.036	10.370	28.032	24.144
	272.518	345.700	355.916	403.674
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(793.879)	(187.226)	(950.727)	(303.804)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(70.072)	(63.612)	(79.985)	(75.417)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(75.680)	(50.819)	(90.973)	(64.189)
Variações cambiais, líquidas de resultado com instrumentos derivativos	(415.714)	(191.040)	(592.728)	(229.488)
Atualizações monetária de ativos e passivos, líquidas, e outras despesas	12.652	(85.624)	12.827	(86.634)
	(1.342.693)	(578.321)	(1.701.586)	(759.532)
Resultado financeiro, líquido	(1.070.175)	(232.621)	(1.345.670)	(355.858)

28 Informações por segmento (Consolidado)

Até julho de 2022, a Sociedade possuía dois segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás e distribuição de combustíveis. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. Em agosto de 2022, a Sociedade realizou a venda do segmento Ultragaz para a sua controladora Ultrapar, assim mantendo somente o segmento de distribuição de combustíveis que opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

a.Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos de operações continuadas da Sociedade podem ser assim demonstradas. Para informações sobre as operações descontinuadas vide nota explicativa nº 31.b.2:

	31/12/2022					
Resultado	**Ipiranga**	**Ultragaz (3)**	**Outros (1) (2)**	**Subtotal**	**Eliminações**	**Total operações continuadas**
Receita líquida de vendas de serviços	**131.337.966**	**6.577.126**	**9.528**	**137.924.620**	**(1.538)**	**137.923.082**
Transações com terceiros	131.337.966	6.577.089	8.027	137.923.082	-	137.923.082
Transações entre segmentos	-	37	1.501	1.538	(1.538)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(126.569.490)	(5.732.851)	-	(132.302.341)	(130)	(132.302.471)
Lucro bruto	**4.768.476**	**844.275**	**9.528**	**5.622.279**	**(1.668)**	**5.620.611**
Receitas (despesas) operacionais						
Com vendas e comerciais	(1.552.636)	(318.027)	(38)	(1.870.701)	-	(1.870.701)
Gerais e administrativas	(828.753)	(127.348)	(161.518)	(1.117.619)	1.668	(1.115.951)
Resultado na venda de bens	168.709	(846)	486	168.349	-	168.349
Outros resultados operacionais, líquidos	(525.966)	6.973	(228)	(519.221)	-	(519.221)
Lucro (prejuízo) operacional	**2.029.830**	**405.027**	**(151.770)**	**2.283.087**	**-**	**2.283.087**
Equivalência patrimonial	(10.052)	13	12	(10.027)	-	(10.027)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	**2.019.778**	**405.040**	**(151.758)**	**2.273.060**	**-**	**2.273.060**
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	353.962	136.514	4.031	494.507	-	494.507
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	503.751	499	-	504.250	-	504.250
Amortização de ativos de direito de uso	191.178	31.724	68	222.970	-	222.970
Total de depreciação e amortização	**1.048.891**	**168.737**	**4.099**	**1.221.727**	**-**	**1.221.727**

	31/12/2021					
Resultado	**Ipiranga**	**Ultragaz**	**Outros(1)(2)**	**Subtotal**	**Eliminações**	**Total**
Receita líquida de vendas de serviços	**99.382.617**	**9.744.659**	**(25.583)**	**109.101.693**	**(2.052)**	**109.099.641**
Transações com terceiros	99.382.547	9.740.657	(23.563)	109.099.641	-	109.099.641
Transações entre segmentos	70	4.002	(2.020)	2.052	(2.052)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(96.110.408)	(8.626.340)	33.521	(104.703.227)	70	(104.703.157)
Lucro bruto	**3.272.209**	**1.118.319**	**7.938**	**4.398.466**	**(1.982)**	**4.396.484**
Receitas (despesas) operacionais						
Com vendas e comerciais	(1.385.814)	(459.179)	(54)	(1.845.047)	-	(1.845.047)
Gerais e administrativas	(846.441)	(202.002)	(153.035)	(1.201.478)	1.982	(1.199.496)
Resultado na venda de bens	183.862	2.138	(170)	185.830	-	185.830
Outros resultados operacionais, líquidos	74.574	10.976	(288)	85.262	-	85.262
Lucro operacional	**1.298.390**	**470.252**	**(145.609)**	**1.623.033**	**-**	**1.623.033**
Equivalência patrimonial	(18.940)	(104)	-	(19.044)	-	(19.044)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	**1.279.450**	**470.148**	**(145.609)**	**1.603.989**	**-**	**1.603.989**
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	323.447	213.092	2.363	538.902	-	538.902
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	280.975	1.546	-	282.521	-	282.521
Amortização de ativos de direito de uso	182.245	46.579	60	228.884	-	228.884
Total de depreciação e amortização	**786.667**	**261.217**	**2.423**	**1.050.307**	**-**	**1.050.307**

(1) Refere-se à Imaven Imóveis Ltda e UVC Investimentos, a qual deixou de ser controlada em julho de 2022.
(2) Inclui a equivalência patrimonial do empreendimento em conjunto ConectCar.
(3) Considera o resultado do segmento Ultragaz até julho de 2022.

31/12/2022

Principais indicadores - Fluxo de caixa	Ipiranga	Ultragaz (3)	Outros (1)	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	427.861	175.484	5.328	608.673	-	608.673
Juros capitalizados e demais itens inclusos no ativo imobilizado e provisão de ARO	32.632	-	-	32.632	-	32.632
Aquisição de intangível	194.385	14.668	-	209.053	-	209.053
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	769.119	-	-	769.119	-	769.119
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	635.130	-	-	635.130	-	635.130

31/12/2021

Principais indicadores - Fluxo de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Outros (1)	Subtotal Segmentos	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	386.693	336.871	13.352	736.916	-	736.916
Juros capitalizados e demais itens inclusos no ativo imobilizado e provisão de ARO	7.683	-	-	7.683	-	7.683
Aquisição de intangível	156.498	30.150	2	186.650	-	186.650
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	420.261	-	-	420.261	-	420.261
Créditos de descarbonização (nota explicativa nº 16)	176.837	-	-	176.837	-	176.837

31/12/2022

Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Outros (1)	Subtotal Segmentos	Operações descontinuadas	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	26.212.774	-	306.760	26.519.534	-	26.519.534

31/12/2021

Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Outros (1)	Subtotal Segmentos	Operações descontinuadas	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	21.427.220	2.983.147	616	24.410.983	1.531.586	25.942.569

(1) Refere-se à Imaven Imóveis Ltda e UVC Investimentos.
(2) Inclui a equivalência patrimonial do empreendimento controlado em conjunto ConectCar.
(3) Considera o resultado do segmento Ultragaz até julho de 2022.

29 Riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço de *commodities*, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities),* liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos Financeiros ("Comitê"), composto pelo CFO, Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO e que se reúne trimestralmente. O acompanhamento mensal dos parâmetros da Política é responsabilidade do CFO.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao Conselho de Administração da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos ("CAR") assessora o Conselho de Administração na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o Conselho de Administração na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao Conselho de Administração qualquer descumprimento da Política.

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real (moeda funcional da Sociedade). A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

- ***Controladora***

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	14	7
Outros ativos líquidos no exterior	-	69.198
	14	69.205
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira, excluindo notas no mercado externo e bruto de custo de transação	(2.322.404)	(1.011.374)
Contas a pagar decorrentes de importações	(2.675.828)	-
	(4.998.232)	(1.011.374)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	4.537.043	992.483
Posição líquida ativa (passiva) - total	(461.175)	50.314
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	(461.175)	50.314
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	-	-

- ***Consolidado***

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	989.655	47.322
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perdas	(4.951)	6.815
Outros ativos líquidos no exterior	280.738	179.461
	1.265.442	233.598
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira, excluindo notas no mercado externo e bruto de custo de transação	(4.561.367)	(2.956.904)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(1.936.520)	(658.278)
	(6.497.887)	(3.615.182)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	4.780.839	3.212.017
Posição líquida ativa (passiva) - total	(451.606)	(169.566)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	(451.606)	(169.566)
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	-	-

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para o cenário base foram utilizadas as curvas de mercado futuras em 31 de dezembro de 2022 sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado, impactados pelo dólar médio de R$ 5,4679(*). Em 31 de dezembro de 2022 a taxa de fechamento considerada foi de R$ 5,2177.

- ***Controladora:***

A tabela abaixo demonstra, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R$ (461.175) em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022:

	Risco	Cenário Provável
Efeito no resultado	Depreciação do Real	(22.112)
Efeito no resultado	Apreciação do Real	22.112

- ***Consolidado:***

A tabela abaixo demonstra, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R$ (451.606) em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022:

	Risco	Cenário Provável
Efeito no resultado	Depreciação do Real	(21.653)
Efeito no resultado	Apreciação do Real	21.653

(*) Dólar médio em 31 de dezembro de 2022 de acordo com taxas referenciais disponibilizadas pela B3.

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

- ***Controladora***

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	3.548.602	1.597.919
Aplicações financeiras	4.b	100.050	693.822
Financiamentos e debêntures	16.a	(660.485)	(3.448.622)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	29.g	(2.097.336)	(2.283.625)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	29.g	(2.846.142)	(1.803.017)
Posição líquida passiva em DI		(1.955.311)	(5.243.523)
SELIC			
Empréstimos e financiamentos - SELIC	16.a	-	-
Posição líquida passiva em SELIC		-	-
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	-	(326)
Posição líquida passiva em TJLP		-	(326)
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	29.g	-	279.047
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	-	(275.936)
Posição líquida ativa em LIBOR		-	3.111
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		(1.955.311)	(5.240.738)

- ***Consolidado***

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	3.772.649	1.890.271
Aplicações financeiras	4.b	111.372	1.060.673
Financiamentos e debêntures	16.a	(660.485)	(3.499.801)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial – DI	29.g	(2.149.123)	(2.283.625)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	29.g	(2.846.142)	(1.803.017)
Posição líquida passiva em DI		(1.771.729)	(4.635.499)
SELIC			
Empréstimos e financiamentos - SELIC	16.a	-	-
Posição líquida passiva em SELIC		-	-
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	-	(326)
Posição líquida passiva em TJLP		-	(326)
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	29.g	-	279.047
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	-	(275.936)
Posição líquida ativa em LIBOR		-	3.111
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		(1.771.729)	(4.632.714)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes, em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade utilizou como cenário base as curvas de mercado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR e SELIC).

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro se as curvas de mercado dos juros flutuantes na data base fossem aplicadas aos saldos médios do ano corrente, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes:

- ***Controladora:***

	Risco	31/12/2022 Cenário Provável
Exposição a juros flutuantes		
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI [(i)]	7.950
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI [(i)]	(18.017)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção de dívidas	Elevação DI [(i)]	(84.647)
		(94.714)

[(i)] Taxa base utilizada foi de 12,39% e taxa sensibilizada de 13,41%.

- ***Consolidado:***

	Risco	31/12/2022 Cenário Provável
Exposição a juros flutuantes		
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI [(i)]	9.546
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI [(i)]	(18.017)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI [(i)]	(84.748)
		(93.219)

[(i)] Taxa base utilizada foi de 12,39% e taxa sensibilizada de 13,41%.

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da potencial incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras com base nas pesquisas para 31 de dezembro de 2022 está sumarizado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Valor justo		Valor justo	
Rating de crédito da contraparte	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
AAA	3.840.078	2.378.326	4.104.118	3.116.491
AA	431.691	596.286	688.616	638.577
A	-	437	-	8.688
Total	4.271.769	2.975.049	4.792.734	3.763.756

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pela Sociedade e suas controladas inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade e suas controladas solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes. A Sociedade e suas controladas mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Ipiranga	332.998	371.257	373.515	422.543
Ultragaz	-	-	-	135.564
Total	332.998	371.257	373.515	558.107

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito, resultantes das adições dos saldos de contas a receber de clientes e financiamentos a clientes:

- **Controladora**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa média ponderada de perda estimada	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**	**Taxa média ponderada de perda estimada**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**
A vencer	0,1%	3.441.823	4.773	0,2%	2.850.937	4.662
< 30 dias	4,5%	24.748	1.119	23,3%	29.746	6.931
31 a 60 dias	9,6%	17.187	1.645	29,8%	34.763	10.369
61 a 90 dias	26,5%	26.633	7.053	26,9%	28.539	7.674
91 a 180 dias	33,9%	41.749	14.141	49,0%	38.494	18.862
> 180 dias	45,5%	669.267	304.267	51,2%	630.867	322.759
		4.221.407	332.998		3.613.346	371.257

- **Consolidado**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa média ponderada de perda estimada	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**	**Taxa média ponderada de perda estimada**	**Saldo contábil bruto**	**Provisão de perda estimada**
A vencer	0,2%	4.152.620	7.590	0,6%	3.885.581	23.474
< 30 dias	4,2%	29.250	1.217	7,6%	105.228	8.005
31 a 60 dias	6,5%	26.937	1.748	20,5%	57.418	11.746
61 a 90 dias	19,6%	36.349	7.138	22,8%	39.527	9.016
91 a 180 dias	32,7%	46.557	15.202	49,9%	49.732	24.818
> 180 dias	44,8%	760.080	340.620	57,4%	838.775	481.048
		5.051.793	373.515		4.976.261	558.107

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Brasil	332.998	371.257	373.405	558.007
Europa	-	-	5	66
Outros	-	-	105	34
	332.998	371.257	373.515	558.107

Para maiores informações sobre a provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

d.4 Risco de preços

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de *commodities*, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina, entre outros. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de hedge para as importações, utilizando-se de contratos derivativos de *heating oil* (diesel) e *RBOB* (gasolina) negociados em bolsa.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade e as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de commodities em aberto em 31 de dezembro de 2022:

Derivativo	Contrato			Nocional (m3)		Nocional (USD mil)		Valor justo		Cenário Possível (Δ de 10% - R$ mil)	
	Posição	Mercadoria	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Termo de Mercadorias	Vendido	Heating Oil	jul-23	158.828	167.255	150.498	103.148	(52.214)	2.269	(124.293)	(55.066)
Termo de Mercadorias	Vendido	RBOB	jan-23	52.466	29.413	31.382	17.112	(15.481)	(967)	(33.404)	(10.613)
								(67.695)	1.302	(157.697)	(65.679)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas possuem capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento da controladora totaliza R$ 2.299.940 e do consolidado totaliza R$ 1.644.915 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16). Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possuía R$ 3.867.879 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros e arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2022 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2022 no balanço patrimonial.

- ***Controladora:***

Passivos financeiros e arrendamentos a pagar	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	7.134.727	2.299.940	1.328.075	970.540	2.536.172
Instrumentos de proteção (3)	1.982.109	496.875	574.771	576.472	333.991
Fornecedores	4.695.207	4.695.207	-	-	-
Arrendamentos a pagar	981.739	174.019	310.972	207.459	289.289
Passivo financeiro de clientes	551.587	184.159	354.389	13.039	-

- ***Consolidado:***

Passivos financeiros e arrendamentos a pagar	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	8.653.917	1.644.915	1.328.075	970.540	4.710.387
Instrumentos de proteção (3)	1.984.849	499.615	574.771	576.472	333.991
Fornecedores	4.258.560	4.258.560	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.032.158	192.361	337.787	212.721	289.289
Passivo financeiro de clientes	551.587	184.159	354.389	13.039	-

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022.

(2) Inclui juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até as datas de pagamento previstas contratualmente.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 31 de dezembro de 2022. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks, com a intenção de garantir a continuidade normal dos negócios de forma visando a maximização do retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital.

A estrutura de capital é composta pela dívida líquida (empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures conforme nota explicativa nº 17 após a dedução dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 5) e pelo patrimônio líquido. A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Anualmente a Sociedade e suas controladas realizam a revisão da sua estrutura de capital, avaliando o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital através da análise do coeficiente de alavancagem, que é determinado como a proporção entre a dívida líquida e o patrimônio líquido.

O coeficiente de alavancagem no final do exercício é conforme segue:

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Dívida bruta e arrendamentos a pagar	7.188.222	7.242.415	8.754.467	9.430.717
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.271.769	2.975.049	4.792.734	3.763.756
Dívida líquida	**2.916.453**	**4.267.366**	**3.961.733**	**5.666.961**
Patrimônio líquido	8.140.910	7.519.637	8.587.570	7.920.699
Relação dívida líquida/capital	**35,82%**	**56,75%**	**46,13%**	**71,55%**

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza o saldo bruto da posição dos instrumentos de proteção contratados, bem como os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas.

- ***Controladora***

Derivativos designados para hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2022	
		Ativo	Passivo		31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Dívida	USD + 4,65%	104,9% CDI	set-25	125.000	106.550	-	(112.274)	-
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M +	105,0% CDI	jun-22	-	-	-	(21.566)	-
Swap de Juros	Dívida	IPCA + 5,18%	101,5% CDI	jun-32	2.766.054	173.741	(36.156)	(111.739)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jul-23	181.880	2.936	(70.630)	(944.896)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-23	127.233	4.712	(3.074)	53.672	-
						287.939	(109.860)	(1.136.803)	-

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2021	
		Ativo	Passivo		31/12/2021	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Dívida	USD + 4,65%	104,9% CDI	set-25	125.000	184.468	-	11.712	-
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M +	105,0% CDI	jun-22	50.000	92.416	-	10.779	-
Swap de Juros	Dívida	4,71% + IPCA	99,6% CDI	set-28	1.766.054	158.988	(14.278)	(3.816)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jan-22	120.260	3.115	(1.813)	(130.773)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-22	68.361	7.048	(1.346)	813	-
						446.035	(17.437)	(111.285)	-

Derivativos não designados para hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2022	
		Ativo	Passivo		31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
NDF	Compromissos firmes	USD + 0,00%	53,0% CDI	jun-29	375.000	230.149	(9.174)	(85.474)	-
Swap de Juros	Dívida	USD	BRL	jul-23	1.080.714	36.156	(51.342)	(16.280)	-
Swap cambial	Dívida	USD + 5,25%	CDI - 1,36%	jun-29	300.000	-	(308.821)	(266.445)	-
						266.305	(369.337)	(368.199)	-

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2021	
		Ativo	Passivo		31/12/2021	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	-	-	-	-	-	-
Swap de Juros	Dívida	2,67%	100% DI	-	-	-	-	17	-
Swap cambial	Dívida	USD + 5,25%	CDI - 1,36%	jun-29	300.000	-	(126.752)	(109.081)	-
						-	(126.752)	(109.064)	-

[1] Moeda conforme indicado.
[2] Valores líquidos de imposto de renda.

- ***Consolidado***

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2022	
		Ativo	Passivo		31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Dívida	USD + 4,65%	104,9% CDI	set-23	125.000	106.550	-	(112.274)	-
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,0% CDI	jun-22	-	-	-	(21.566)	-
Swap cambial	Dívida	0.0342	111,6% CDI	mar-23	9.709	1.954	-	2.573	-
Swap de Juros	Dívida	IPCA + 5,18%	101,5% CDI	jun-32	2.766.054	173.741	(36.156)	(111.739)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jul-23	181.880	2.936	(70.630)	(944.896)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-23	127.233	4.712	(3.074)	53.672	-
						289.893	(109.860)	(1.134.230)	-

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2021	
		Ativo	Passivo		31/12/2021	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap cambial	Dívida	USD + 4,65%	104,9% CDI	set-23	125.000	184.468	-	11.712	-
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,0% CDI	jun-22	50.000	92.416	-	10.779	-
Swap de Juros	Dívida	4,71% + IPCA	99,6% CDI	set-28	1.766.054	158.988	(14.278)	(3.816)	-
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/ RBOB	jan-22	120.260	3.115	(1.813)	(130.773)	-
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jan-22	68.361	7.048	(1.346)	813	-
						446.035	(17.437)	(111.285)	-

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2022	
		Ativo	Passivo		31/12/2022	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Swap de Juros	Dívida	USD + 0,00%	53,0% CDI	jun-29	375.000	230.149	(9.174)	(85.474)	-
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	jul-23	1.116.702	36.472	(54.067)	(440.359)	-
Swap cambial	Dívida	USD + 5,25%	1,4% CDI	jun-29	300.000	-	(308.821)	(266.445)	-
						266.621	(372.062)	(792.278)	-

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocional)[1]	Valor justo[2]		Ganhos (perdas) em 31/12/2021	
		Ativo	Passivo		31/12/2021	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
NDF	Compromissos firmes	USD	BRL	jun-22	625.762	26.516	(23.052)	54.358	-
Swap de Juros	Dívida	USD + 2,67%	100% DI	-	-	-	-	17	-
Swap cambial	Dívida	USD + 5,25%	CDI - 1,36%	jun-29	300.000	-	(126.752)	(109.081)	-
						26.516	(149.804)	(54.706)	-

[1] Moeda conforme indicado.
[2] Valores líquidos de imposto de renda.

h. Contabilidade de Hedge

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

A Sociedade e suas controladas não irão descontinuar a contabilização de hedge se a avaliação retrospectiva da eficácia do hedge não se enquadrar na faixa de 80% a 125% e a relação de hedge estiver sujeita a reformas da taxa de juros de referência. Para as relações de hedge que não estiverem sujeitas a reformas da taxa de juros de referência, a Sociedade continua a suspender a contabilização de hedge se a eficácia retrospectiva estiver fora da faixa de 80% a 125%.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade designa como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

	31/12/2022	**31/12/2021**
Valor nocional – US$	125.000	175.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	(133.841)	21.812
Ajuste de valor justo da dívida – R$	30.057	47,064
Resultado financeiro da dívida – R$	31.854	(105.059)
Custo médio efetivo - % do DI	105	105

	31/12/2022	**31/12/2021**
Valor nocional – EUR	9.709	-
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	2.573	-
Ajuste de valor justo da dívida – R$	(8)	-
Resultado financeiro da dívida – R$	(4.534)	-
Custo médio efetivo - % do DI	112	-

Para mais informações, vide nota explicativa nº 16.b.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como hedge de valor justo são:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor nocional – R$	2.766.054	1.766.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	(111.739)	(3.816)
Ajuste de valor justo da dívida – R$	27.356	138.695
Resultado financeiro da dívida – R$	(245.496)	(191.998)
Custo médio efetivo - % do DI	101,5	99,6

Para mais informações, vide nota explicativa nº 16.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A Sociedade realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge* accouting, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

	31/12/2022	31/12/2021
Valor nocional – US$	309.113	188.621
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R$	(891.223)	(129.670)
Saldo de ajuste do valor justo do estoque – R$	34.126	(4.352)

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade designa como hedge de fluxo de caixa instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes”.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto ou reconhecidos no resultado.

i. Classes e categorias de instrumentos financeiros e seus valores justos

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros e a hierarquia de valor justo para cada classe de instrumentos estão demonstrados a seguir:

- ***Controladora:***

		Valor Contábil			Valor Justo	
31 de dezembro de 2022	**Nota Explicativa**	**Mens. ao valor justo por meio do resultado**	**Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes**	**Mens. pelo custo amortizado**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	4.a	-	-	68.874	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	4.a	-	3.548.602	-	3.548.602	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	4.b	100.050	-	-	-	100.050
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	4.b	554.243	-	-	-	554.243
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.112.378	-	-
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	1.109.029	-	-
Total		**654.293**	**- 3.548.602**	**4.290.281**	**3.548.602**	**654.293**
Passivos financeiros:						
Financiamentos	16.a	656.177	-	1.666.227	-	656.177
Debêntures	16.a	3.011.462	-	660.485	-	3.011.462
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	16.a	479.197	-	-	-	479.197
Fornecedores	17	-	-	4.695.207	-	-
Fornecedores convênio	17	-	-	2.599.803	-	-
Passivo financeiro de clientes		450.586	-	-	450.586	-
Total		**4.597.422**	**-**	**9.621.722**	**450.586**	**4.146.836**

		Valor contábil			Valor Justo	
31 de dezembro de 2021	**Nota Explicativa**	**Mens. ao valor justo por meio do resultado**	**Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes**	**Mens. pelo custo amortizado**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	4.a	-	-	237.271	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	4.a	-	1.597.921	-	-	1.597.919
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	4.a	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	4.b	693.822	-	-	693.822	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	4.b	446.035	-	-	-	446.035
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	2.336.111	-	-
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	905.978	-	-
Total		**1.139.857**	**1.597.921**	**3.479.360**	**693.822**	**2.043.954**
Passivos financeiros:						
Financiamentos	16.a	1.011.374	-	205.139	-	1.011.374
Debêntures	16.a	1.940.237	-	3.243.809	-	1.940.237
Arrendamentos a Pagar	13	-	-	697.666	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	16.a	144.190	-	-	-	144.190
Fornecedores	17	-	-	6.689.962	-	-
Total		**3.095.801**	**-**	**10.836.576**	**-**	**3.095.801**

- ***Consolidado:***

		Valor contábil			Valor Justo	
31 de dezembro de 2022	**Nota Explicativa**	**Mens. ao valor justo por meio do resultado**	**Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes**	**Mens. pelo custo amortizado**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	4.a	-	-	87.293	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	4.a	-	3.772.649	-	3.772.649	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	4.a	-	264.912	-	264.912	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	4.b	111.372	-	-	-	111.372
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	4.b	556.513	-	-	-	556.513
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.816.758	-	-
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	1.235.035	-	-
Total		**667.885**	**4.037.561**	**5.139.086**	**4.037.561**	**667.885**
Passivos financeiros:						
Financiamentos	16.a	710.719	-	3.130.434	-	710.719
Debêntures	16.a	3.011.462	-	660.485	-	3.011.462
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	16.a	481.913	-	-	-	481.913
Fornecedores	17	-	-	4.258.560	-	-
Fornecedores convênio	17	-	-	2.666.894	-	-
Passivo financeiro de clientes		450.586	-	-	450.586	-
Total		**4.654.680**	**-**	**10.716.373**	**450.586**	**4.204.094**

		Valor Contábil			Valor Justo	
31 de dezembro de 2021	**Nota Explicativa**	**Mens. ao valor justo por meio do resultado**	**Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes**	**Mens. pelo custo amortizado**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	4.a	-	-	301.197	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	4.a	-	1.890.271	-	-	1.890.271
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	4.b	1.060.673	-	-	1.060.673	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	4.b	-	39.064	-	-	39.064
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	4.b	472.552	-	-	-	472.552
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.420.119	-	-
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	998.034	-	-
Total		**1.533.225**	**1.929.335**	**4.719.350**	**1.060.673**	**2.401.887**
Passivos financeiros:						
Financiamentos	16.a	1.011.374	-	2.201.848	-	1.011.374
Debêntures	16.a	1.940.237	-	3.243.809	-	1.940.237
Arrendamentos a Pagar	13	-	-	866.207	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	16.a	167.242	-	-	-	167.242
Fornecedores	17	-	-	5.664.150	-	-
Total		**3.118.853**	**-**	**11.976.014**	**-**	**3.118.853**

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das demonstrações financeiras. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4) e (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a) e (iii) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 16.f), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

(c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

30 Compromissos

a. Arrendamento de áreas portuárias

Em 22 de março de 2019, a Sociedade conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a Sociedade detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

Em 5 de abril de 2019, a Sociedade conquistou duas concessões e venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela Sociedade, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. Os investimentos estimados em relação à participação da Sociedade totalizam, aproximadamente, R$ 145 milhões a serem desembolsados ao longo dos próximos cinco anos, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

31 Operações descontinuadas

a. Venda de ações da Extrafarma

Em 1 de agosto de 2022 a transação foi concluída, após o cumprimento de todas as condições precedentes. Para mais informações, vide nota 1.b.2.

A Sociedade apurou em 31 de dezembro de 2022 o resultado decorrente da conclusão da operação, considerando a receita de venda, deduzida da baixa do investimento, mais custos de transação, conforme demonstrado abaixo:

	Valor
Valor total da operação (EV – *enterprise value*)	700.000
Caixa/ Endividamento líquido em 31 de dezembro de 2020	(99.897)
Preço de venda da operação	600.103
Ajustes estimados de capital de giro e dívida líquida	121.522
Custo na baixa do investimento	(1.115.102)
Reversão do *impairment*	427.529
Provisão para indenização	(9.995)
Custos de transação	(13.282)
Resultado com a venda de investimentos antes do efeito da cessação da depreciação	10.775
Cessação da depreciação	(27.084)
Resultado com a venda de investimentos após o efeito da depreciação	(16.309)
Imposto de renda e contribuição social corrente	138.298
Imposto de renda e contribuição social diferido	(141.962)
Resultado na venda de investimentos, líquido	(19.973)

b. Divulgação dos impactos do IFRS 5 (CPC 31) – Operações descontinuadas

Os quadros de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição dos resultados incorridos ao longo de 2022 e 2021, quando aplicável. As eliminações referem-se às transações entre companhias, substancialmente representadas por transações de compra e venda, efeitos no resultado de dívidas estrangeiras contemplando os instrumentos de proteção, entre outros.

b.1 Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	Extrafarma	Ipiranga	31/12/2022
Receita líquida de vendas e serviços	1.235.487	-	1.235.487
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(912.310)	-	(912.310)
Lucro bruto	323.177	-	323.177
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas, comerciais e administrativas	(438.601)	-	(438.601)
Outros resultados operacionais, líquidos	(5.951)	(16.309)	(22.260)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	(121.375)	(16.309)	(137.684)
Receitas financeiras	899	-	899
Despesas financeiras	(25.958)	-	(25.958)
Resultado financeiro líquido	(25.059)	-	(25.059)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(146.434)	(16.309)	(162.743)
Imposto de renda e contribuição social	20.826	(3.664)	17.162
Efeito líquido da cessação da depreciação (i)	27.084	-	27.084
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(98.524)	(19.973)	(118.497)

(i) A partir de 1º de janeiro de 2022 foi cessada a depreciação e amortização dos ativos classificados como mantidos para venda, em atendimento ao que determina o item 25 do CPC 31/IFRS 5.

	Extrafarma	Eliminações	31/12/2022
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(68.359)	-	(68.359)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(25.324)	-	(25.324)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	40.585	-	40.585
(Diminuição) aumento em caixa e equivalentes de caixa	(53.098)	-	(53.098)

b.1.1 Na controladora, os resultados de equivalência patrimonial da Extrafarma, líquidos de transações com partes relacionadas, tiveram um impacto de R$ (98.524), sendo classificados como resultado de operações descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas.

b.2 As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

Ativo	Extrafarma	Eliminações	Total
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	53.099	-	53.099
Contas a receber de clientes	35.743	-	35.743
Estoques	578.206	-	578.206
Tributos a recuperar	62.053	-	62.053
Outros ativos	26.145	(3.903)	22.242
Total do ativo circulante	755.246	(3.903)	751.343
Não circulante			
Sociedades relacionadas	1.674	(1.674)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	200.194	-	200.194
Tributos a recuperar	17.938	-	17.938
Outros ativos	4.134	-	4.134
	223.940	(1.674)	222.266
Investimentos	5.000	(5.000)	-
Ativos de direito de uso, líquido	318.183	-	318.183
Imobilizado, líquido	154.663	-	154.663
Intangível, líquido	85.129	-	85.129
Total do ativo não circulante	786.917	(6.674)	780.243
Total do ativo mantido para venda	1.542.163	(10.577)	1.531.586

Passivo	**Extrafarma**	**Eliminações**	**Total**
Circulante			
Fornecedores	225.487	-	225.487
Salários e encargos	45.843	-	45.843
Obrigações tributárias	15.696	-	15.696
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	520	-	520
Arrendamentos a pagar	64.312	-	64.312
Outros passivos	13.249	(7.763)	5.486
Total do passivo circulante	365.107	(7.763)	357.344
Não circulante			
Benefícios pós-emprego	287	-	287
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.370	-	2.370
Arrendamentos a pagar	314.915	-	314.915
Outros passivos	2.092	-	2.092
Total do passivo não circulante	319.664	-	319.664
Total do patrimônio líquido	857.392	(857.392)	-
Total do passivo mantido para venda e do patrimônio líquido	1.542.163	(865.155)	677.008

b.2.1 Os resultados do exercício e os fluxos de caixa das operações descontinuadas em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	Extrafarma	**Eliminações**	**31/12/2021**
Receita líquida de vendas e serviços	1.986.932	-	1.986.932
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.384.316)	-	(1.384.316)
Lucro bruto	602.616	-	602.616
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-
Com vendas, comerciais e administrativas	(685.794)	-	(685.794)
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	(427.529)	-	(427.529)
Outros resultados operacionais, líquidos	(1.109)	-	(1.109)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	(511.816)	-	(511.816)
Receitas financeiras	631	-	631
Despesas financeiras	(45.896)	-	(45.896)
Resultado financeiro líquido	(45.265)	-	(45.265)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(557.081)	-	(557.081)
Imposto de renda e contribuição social	155.416	-	155.416
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(401.665)	-	(401.665)
Depreciação e amortização do exercício (i)	154.850	-	154.850

(i) Saldos incluídos para composição completa de informações por segmento.

	Extrafarma	Eliminações	31/12/2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(33.273)	(1)	(33.274)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(35.072)	(1.298)	(36.370)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	35.286	(129.231)	(93.945)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(33.059)	(130.530)	(163.589)

b.2.2 Na controladora, o resultado de equivalência patrimonial da Extrafarma, líquido de transações com partes relacionadas, foram reclassificados como operações descontinuadas no montante total de R$ (401.665) na demonstração do resultado do exercício de 2021, conforme nota explicativa nº 31.c.2.1 e 12.

32 Eventos subsequentes

a. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição.

A Sociedade e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

b. Captação da cédula de crédito bancário pela controladora IPP.

Em 30 de março de 2023, a controladora IPP realizou a captação de Cédula de crédito bancário (sem *covenants* financeiros) no montante de R$ 500.000, com encargos financeiros de 109,40% do DI e repactuação de taxa em abril de 2024, com vencimento em 02 de abril de 2025.